



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

BRUNO PAVIANI

**O LIVRO DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE
LEGITIMAR O PODER. (1969-1971)**

Londrina
2012

BRUNO PAVIANI

**O LIVRO DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE
LEGITIMAR O PODER. (1969-1971)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Marlene Rosa Cainelli

Londrina
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central
da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P338L Paviani, Bruno.

O livro didático de educação moral e cívica na ditadura militar brasileira :
uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971) / Bruno Paviani. –
Londrina, 2012.
62 f. : il.

Orientador: Marlene Rosa Cainelli.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
História – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras
e Ciências Humanas, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Governo militar – Brasil – História – TCC. 2. Educação moral e
cívica – TCC. 3. Livros didáticos – Influências tendenciosas – Brasil –
TCC. I. Cainelli, Marlene Rosa. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Letras e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 930.1:37

BRUNO PAVIANI

**O LIVRO DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE
LEGITIMAR O PODER. (1969-1971)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr^a. Marlene Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr^a. Maria de Fatima Cunha
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr^o. Wander de Lara Proença
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 05 de Dezenbro, de 2012.

Agradecimentos.

Inicialmente gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Aos meus pais, Lourival e Edilaine, por estarem ao meu lado em todos os momentos e deram toda a estrutura para que me torna-se a pessoa que sou hoje, pela confiança e amor que me fortalece todos os dias.

A minha irmã, Letícia, por estar presente em minha vida em todos os momentos (mesmo nas brigas, que é algo natural de irmãos), sempre me apoiando em minhas escolhas.

Agradeço também todo o resto da família que de uma forma ou de outra nos ajudaram nesta caminhada.

Agradeço em especial a minha orientadora, Professora Doutora Marlene Rosa Cainelli, que logo em nossa primeira conversa aceitou nos orientar nesta produção, que acreditou em mim, que ouviu pacientemente as minhas considerações, partilhando comigo as suas ideias, conhecimentos e experiências e que sempre me motivou. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e minha gratidão pela sua amizade.

Por fim, quero agradecer a todos meus amigos e amigas que partilharam comigo estes “breves” quatro anos nesta maravilhosa Universidade Estadual de Londrina, e, com toda certeza, estes bons anos irão deixar muitas saudades.

Sabemos que esta etapa é apenas o começo de uma longa caminhada, e que a partir deste momento teremos uma grande responsabilidade, pois seremos agora profissionais: professores de História.

PAVIANI, Bruno. **O livro didático de educação moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971)**. 2012. Monografia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo investigar como a o governo militar (1964 – 1985), apoderou- se dos livros de Educação Moral e Cívica através de a implantação e obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica, estabelecida através do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Antigos livros didáticos foram reestruturados e novos livros didáticos foram publicados a partir de 1970. A Educação Moral e Cívica permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada pela Lei nº 8.663. Nossa pesquisa estudou dois livros de Educação Moral e Cívica utilizados pelo governo ditatorial (*Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica editado por Ciro Pontes no ano de 1969 e Educação Moral, Cívica e Política editado por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos no ano de 1971*). Através destes livros podemos observar como o Estado Militar tentou legitimar suas ideias e propostas perante os alunos e a sociedade por meio de uma disciplina escolar. Além de ter como objetivo legitimar o poder constituído a disciplina de Educação Moral e Cívica também teria o objetivo de formar o “bom cidadão” que cumpria seus deveres.

Palavras chaves: Ditadura Militar, Educação Moral e Cívica, livro didático.

PAVIANI, Bruno. **The textbook of moral and civic education in the Brazilian military dictatorship: an attempt to legitimize power (1969-1971)** .2012. Monograph – State University of Native Londrina, Londrina, 2012.

Abstract

The present paper has like objective to investigate how the military government (1964 – 1985), took the “Educação Moral e Cívica” books through obligatory and implantation of “Educação Moral e Cívica” teach, established over of the decree – law nr 869, of September,12th, 1969. Old didactic books were rebuilt and new didactic books were published from 1970. The “Educação Moral e Cívica” stayed on official curriculum like subject in all teaching levels for 24 years, until 1993, when it was revoked by law nr 8663. Our research studied two books of “Educação Moral e Cívica” used by dictatorial government (*National encyclopedia of Moral and Civic Education edited by Ciro Pontes in 1969 and Moral,Civic and Political Education edited by Douglas Michalany and Ciro de Moura Ramos in 1981*).Through these books, we can note how the Military State tried to legitimize their ideas and purposes for students and society like a subject. Besides to have like objective the legitimation of a power constituted the “Educação Moral e Cívica” also to have the target to form the “good citizen” who fulfilled his duties.

Keywords: Military Dictatorship, Civic and Moral Education, didactic books.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

Capítulo 1 - História e o papel do livro didático

1.1 A história como disciplina escolar.....	5
1.2 O papel da Escola no Regime Militar.....	9
1.3 O papel do livros escolares	12
1-4 Os livros didáticos na ditadura	14
1.5 Teóricos dos livros didáticos	17

Capítulo 2 - A Moral Cívica - doutrinando cidadãos

2.1 Ditadura Militar.....	22
2.2 Estado Militar e a educação	25
2.3 Da implantação da disciplina de Educação Moral e cívica.....	27
2. 4 Escola e a cidadania.....	32
2.5 Democracia.....	47

Considerações finais	55
----------------------------	----

Referências	57
-------------------	----

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar dois manuais de Educação Moral e Cívica elaborados durante a Ditadura Militar no Brasil: *Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica* editado por *Ciro Pontes* no ano de 1969 e *Educação Moral, Cívica e Política* editado por *Douglas Michalany* e *Ciro de Moura Ramos* no ano de 1971. Nossa investigação analisará estes manuais com o objetivo de perceber a interferência do Estado nos conteúdos escolares. Nossa pesquisa entende o livro didático como um documento histórico produzido em seu tempo, capaz de refletir o que se passava na sociedade na época de sua produção.

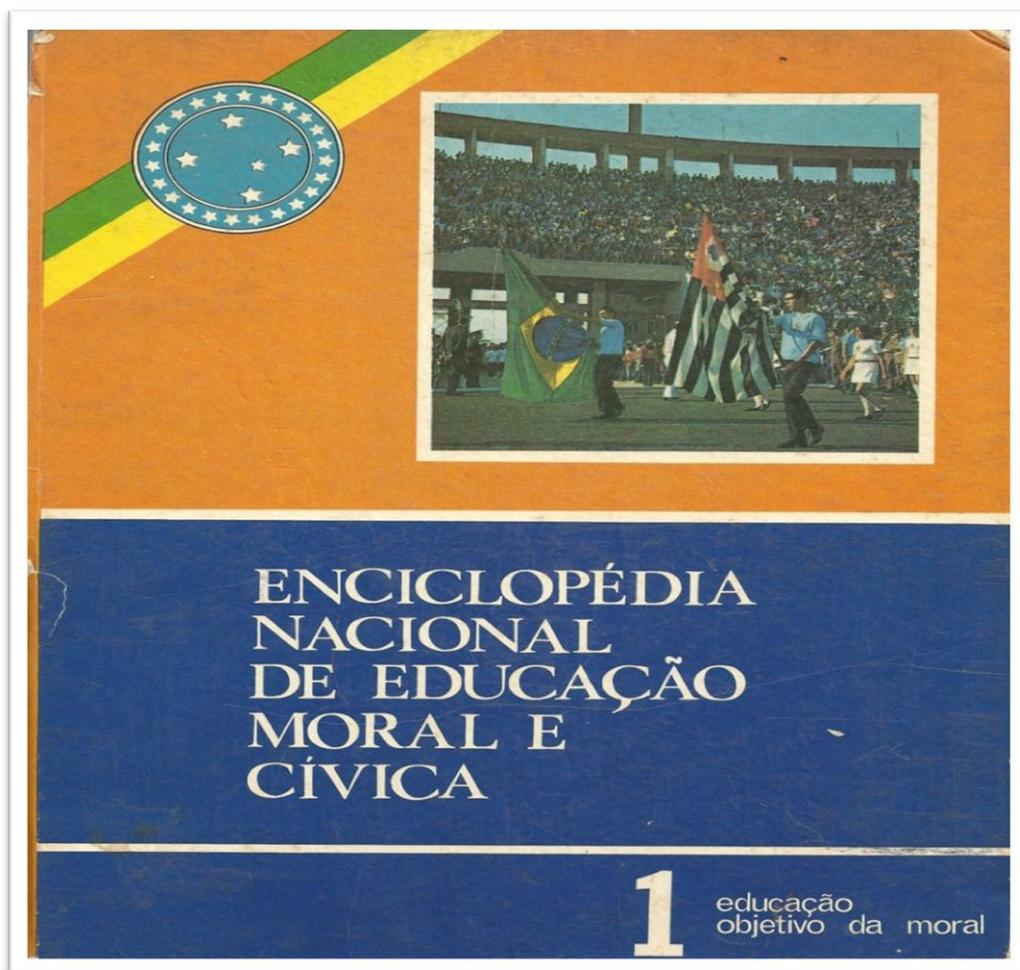
Escolhemos analisar os Livros de Educação Moral e Cívica com o intuito de mostrar como o Estado Ditatorial pode influenciar diretamente na Educação, mascarando realidades e transmitindo estereótipos e valores de grupos dominantes, tentando propagar uma ideia de civismo e a falsa noção de estarem em uma democracia.

A *Enciclopédia Nacional de Moral e Cívica* (1969) organizado por *Ciro Pontes* em seu prefácio já nos trás boas noções a respeito do que será trabalhado em toda a obra. Fica evidente o controle por parte do Estado: este estava preocupado em criar uma moral cívica para os cidadãos indicando um padrão de conduta.

A obra é composta por 133 paginas subdivida em vários temas como família, escola, meio ambiente, dinheiro, profissões, juventude, matrimônio, diferenças entre homens e mulheres, objetivos da moral, cultura do corpo, literatura e afins. Como é possível perceber, este manual trabalha com muitos temas, todos calcados em uma proposta à formação de mão de obra, preparando os jovens para o mercado de trabalho.

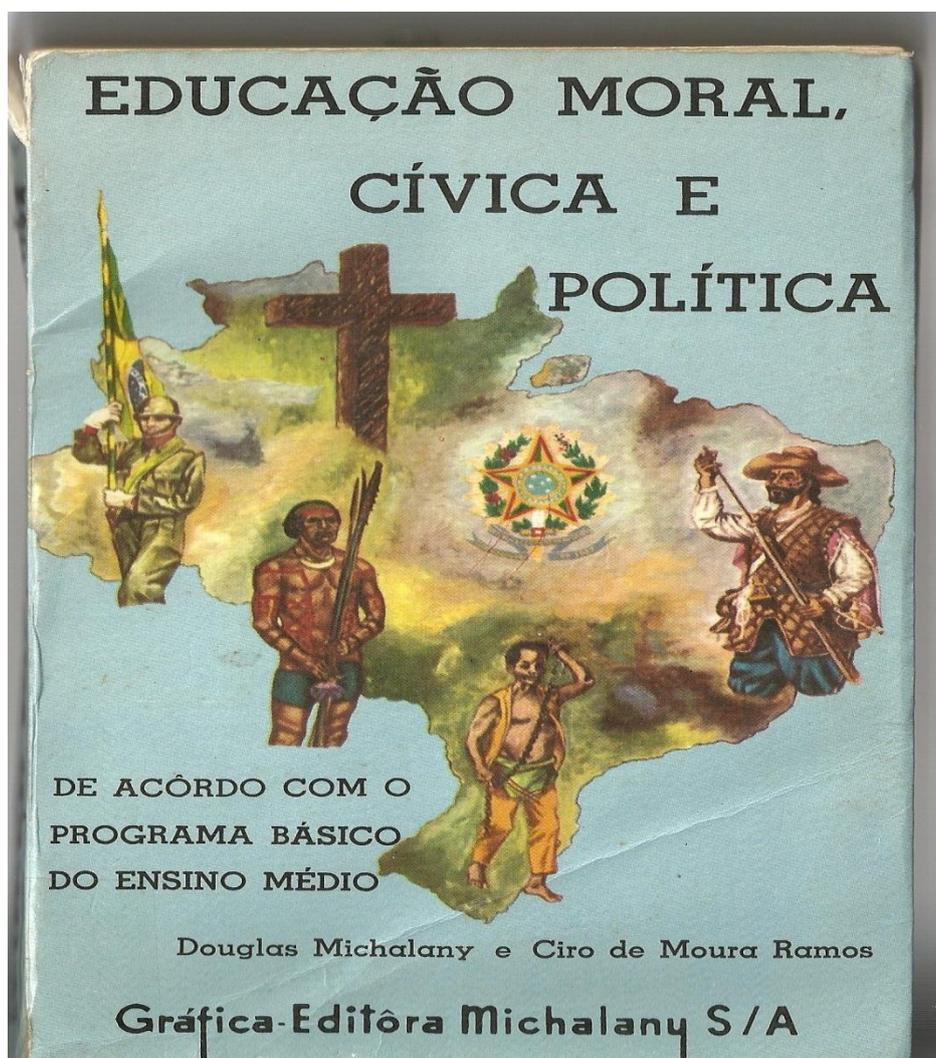
Na *Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica* (1970), será dedicado um volume sobre os objetivos da moral e é a partir desse volume que faremos nossas análises. Neste, a moral cívica e a democracia aparecerão envoltos de diversos problemas relacionados à juventude, especialmente na escolha das profissões, a escola e os pais, que serão os responsáveis por auxiliar o jovem nessa escolha.

Neste livro, percebemos que seus conteúdos estão sempre voltados para a formação do bom trabalhador e do bom cidadão. O objetivo ,segundo seu editor, é propiciar ao educando a aquisição de hábitos morais e cívicos tornando-o mais feliz, mais confiante nos destinos da pátria e mais útil ao mercado de trabalho.



A segunda obra analisada é *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos composta de 245 páginas, divididas em cinco grandes partes nas quais serão tratados os seguintes assuntos; *Educação, Moral, Elementos básicos da nacionalidade, Instituições nacionais e Brasil e o Mundo*. Em sua apresentação, os autores já nos mostram que o objetivo do livro era contribuir para a formação cívica do povo brasileiro. Segundo os autores, este livro foi elaborado especialmente para os jovens com a “nobre missão” de prepará-los para o exercício da cidadania, com finalidade de bem servir a pátria.

Nossa intenção ao analisar o livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) será estudar o capítulo 9 (Moral Cívica) da segunda parte, e o capítulo 1 (Noção de Democracia) da quarta parte. Isso nos permitirá perceber a influência do Estado na constituição dos livros.



Os conteúdos destes livros abarcam diversos aspectos da vida social. Em todos os capítulos, os livros procuram interferir tanto no que diz respeito aos valores, proporcionando a formação de comportamentos, quanto nas questões relacionadas à política e à economia.

No entanto, antes de adentrarmos na discussão sobre os livros, faremos algumas contextualizações.

No capítulo 1, intitulado “História e o papel do livro didático”, falaremos de como o livro didático foi utilizado pelo governo militar como um instrumento de tentativa de legitimar seu poder. Entretanto, para isso, estudamos alguns autores como Choppin, Chartier Circe Bittencourt, que mostram em suas obras quais são os objetivos dos livros didáticos ou não didáticos.

No capítulo 2 “A moral cívica – Doutrinando cidadãos”, nosso objetivo é mostrar a intervenção do Estado na Educação. Iremos trabalhar com a ideia de civismo implementada pelo regime militar através dos livros de Educação Moral e Cívica e falsa ideia de democracia. Para isto utilizaremos diversos autores como Rezende (2001), Chiavenato (1994), Germano (1993) e Filgueiras (2006), que trabalham com a influência da ditadura militar em diversos meios, dentre eles, a educação.

Capítulo 1

História e o papel do livro didático

1-1 A história como disciplina escolar

A História como disciplina escolar autônoma, surgiu no fim do século XIX na Europa, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas, sendo marcada por “duas imagens gêmeas”, no dizer de François Furet (1975).

A genealogia da nação e o estado da mudança, daquilo que é subvertido, transformado, campo privilegiado em relação àquilo que permanece estável. Genealogia e Mudança foram assim os suportes do discurso histórico recém-instituído e a investigação das origens da civilização contemporânea só tem sentido através das sucessivas etapas de sua formação.

A forte influência positivista esteve presente na formação da ciência da história, adotando uma linguagem das ciências naturais estabeleceu um novo sentido a História:

Este sentido constitui ao mesmo tempo uma imagem privilegiada mais não única do progresso da humanidade e uma matéria que deve ser estudada, um patrimônio de textos e fontes, de monumento que permitem a reconstituição exata do passado.

É na confluência dessas duas ideias instala a “revolução” positivista: dá -lhes as duas, a benção de ciência. A história dali em diante já tem o seu campo e seu método. Torna-se, sob os dois aspectos a pedagogia do cidadão.(FURET, 1975, p.135)

De acordo com Nadai (2012), no Brasil, a constituição da História como matéria de pleno direito ocorreu no interior dos mesmos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travadas entre o poder religioso e o avanço do poder laico (civil).

O ensino de História no Brasil em área escolar tem seu início no século XIX no ano de 1837, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Seu modelo educacional estava baseado no modelo francês, em que predominavam os estudos literários voltados para um ensino clássico e humanístico, destinado à formação de cidadãos proprietários e escravistas. A História neste momento dividia seu papel com a História Sagrada e ambas tinham o mesmo objetivo: atuar na formação moral do

aluno. Com isso podemos perceber a preocupação do Estado com a identidade e a formação do cidadão.

A História foi incluída no currículo ao lado das línguas modernas, das ciências naturais, da física e da matemática, dividindo espaço com a História Sagrada, a qual tinha o mesmo estatuto de historicidade da História Universal ou Civil, pois ambas estavam voltadas para a formação moral do aluno.

De modo geral, o ensino de História pode ser caracterizado a partir de dois grandes momentos. O primeiro teve início na primeira metade do século XIX, com a introdução da área no currículo escolar. Após a Independência, com a preocupação de criar uma genealogia da nação, elaborou-se uma história nacional, baseada em uma matriz europeia e a partir de pressupostos eurocêntricos. O segundo momento ocorreu a partir das décadas de 30 e 40 deste século, orientado por uma política nacionalista e desenvolvimentista. O Estado também passou a realizar uma intervenção mais normativa na educação e foram criadas as faculdades de filosofia no Brasil, formando pesquisadores e professores, consolidando-se uma produção de conhecimento científico e cultural mais autônoma no país. (PCN'S 1998. p.19)

Para Nadai (2012) os Estados Modernos - e posteriormente o Estado brasileiro - se preocuparam com as questões postas pelos programas, currículos, produções didáticas e demais recursos e matérias de ensino. Seu objetivo “era dar a nação uma identidade comum, na qual os grupos étnicos formadores apresentavam-se de maneira harmônica e não conflituosa”. No caso brasileiro, o indígena e o negro durante muitas publicações didáticas foram compreendidos como “cooperadores” da obra colonizadora / civilizatória conduzida pelo branco / português/ europeu/ cristão.

Nadai (2012) faz toda esta reflexão e chega a uma conclusão de fundamental importância para o nosso trabalho:

[...] por muito tempo institui-se uma tradição muito forte que privilegiou, nos estudos históricos, a constituição de uma nação organicamente articulada, resultante de um processo caracterizado pela contribuição harmoniosa das diversas classes sociais, pela conciliação e pela organização de um “bem comum”, processo, portanto que privilegiava o passado vivido e recuperado sem conflitos, divergências ou contradições. O passado aparece, contudo, de maneira a homogeneizar e unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional. A História se apresenta assim como uma das disciplinas fundamentais no processo de uma identidade comum – o cidadão nacional – destinado a continuar a obra de organização da nação brasileira. (NADAI, 2012 p.. 29-30)

Com isso podemos reforçar a ideia que a memória de uma “história oficial” ensinada nos bancos escolares serve, sem dúvida, como legitimadora e justifica o projeto político de dominação burguesa, de elite, no interior do qual a escola é a responsável através de seus currículos escolares pelo que se ira ensinar para o aluno.

Segundo os PCN de História de 1998:

Os objetivos da inserção da História do Brasil no currículo estavam voltados para a constituição das ideias de Estado Nacional laico, mas articulado à Igreja Católica. O Estado brasileiro organizava-se politicamente e necessitava de um passado que legitimasse a sua constituição. Os acontecimentos históricos ensinados iniciavam com a história portuguesa a sucessão de reis em Portugal e seus respectivos governos, na sequência, introduz a história brasileira, as capitânicas hereditárias, os governos gerais, as invasões estrangeiras ameaçando a integridade nacional. Os conteúdos culminavam com os grandes eventos da Independência e da Constituição do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma grande nação. (PCNs, 1998,p.20)

No fim do século XIX a educação brasileira foi marcada por lutas envolvendo reformulações curriculares. Uns continuavam a defender o currículo humanístico, outros desejavam introduzir um currículo mais científico, adequado à modernização do país. Nesse contexto, as propostas para o currículo humanístico e para o científico, entendiam a História como disciplina escolar, importante para a formação do espírito nacionalista.

A História da Pátria, cuja missão, juntamente com a História da Civilização, era integrar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental, reforçando a visão linear, determinista e eurocêntrica da História. Na sua especificidade, a História Pátria era entendida como o alicerce da pedagogia do cidadão e seus conteúdos deveriam enfatizar as tradições do passado homogêneo de lutas pela defesa do território e da unidade nacional e os feitos gloriosos de personagens identificados com ideais republicanos. É no contexto do final do século XIX que são construídos alguns mitos da História brasileira, presentes até hoje no ensino; bandeirantes como Raposo Tavares e Borba Gato, militares como Duque de Caxias, mártires como Tiradentes etc. (PCNs, 1998. p.21)

Katia Abud (1993) considera que, a partir de 1931, tem início um processo de consolidação do código disciplinar da História. As transformações neste sentido inserem-se no contexto da sociedade brasileira pós-Revolução de 1930, que concretizam a institucionalização de alguns projetos de reformas educacionais, como a reforma Francisco Campos, de 1931, pois:

[...] a revolução de 30 colocou fim ao regime federativo criado pela Constituição de 1891 e o poder político passou a ser centralizado pelo governo federal. Alegando a necessidade de substituir as antiquadas instituições políticas brasileiras, Getúlio Vargas prometia a modernização do país mediante a reformulação do seu modelo econômico e jurídico-político. Nesse contexto, a reforma Francisco Campos pode ser visto como “fator de coesão nacional” e “a História era tida como disciplina que, por excelência, formava os estudantes para o exercício da cidadania e seus programas incorporavam essa concepção”. (ABUD,1993, p. 165).

A educação no regime militar estava centrada neste modelo educacional criado a partir de 1931 e na valorização de “um espírito nacional”. Estes dois modelos, apesar de separados pelo tempo, tem algumas coisas em comum como estratégia de educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito nacional, preparando os indivíduos – para serem “bons cidadãos”, aptos ao mercado de trabalho.

[...] a tarefa da escola publica tornava-se mais complexa a se ver obrigada a introduzir para os alunos provenientes de diferentes setores sociais, forma de socialização comum a todos e contraditoriamente inculcar um conteúdo alicerçado nos feitos das “elites”, únicos agentes dignos de figurar no rol dos construtores da nação. A missão da escola é dar coesão nacional em torno de um passado, único, construtor da nação – justificava a preocupação das atividades cívicas criadas para reforçar a memória. (BITENCOURT,2002,p.59)

Para se estudar o projeto educacional do Estado Militar no período em questão (1969 – 1971), torna-se imprescindível o entendimento da política educacional imposta pelo Regime como estratégia voltada para o “desenvolvimento econômico” com o intuito de modificar a relação das forças sociais. Essa política demonstrou a unidade entre a política social e econômica nas relações entre o

Estado e a economia. Os militares praticaram uma política educacional valendo-se do Aparelho de Ensino para atender a demanda das classes sociais menos favorecidas e também para atenuar conflitos/pressões das alas opositoras.

1.2 O papel da Escola no Regime Militar

Ao assumirem o poder no Brasil em 1964 de acordo com Germano (1993) os militares tiveram uma grande preocupação com a educação brasileira: esta era vista como um dos principais aparelhos do Estado para dominação das classes inferiores baseado em interesses das elites, uma articulação entres latifundiários, militares, intelectuais, industriais todos envolvidos pelo capital mercantil. Mas para que o país pudesse caminhar rumo ao “desenvolvimento”, seja ele econômico ou social, era necessário primeiro legitimar suas ações.

Para José Germano (1993), o Estado Militar necessitava legitimar seu poder perante a população e uma das estratégias foi investir na escola. A expansão da educação no período militar, segundo Germano (1993), tinha dois objetivos: manter o controle político e ideológico nas universidades, e subsequente na escola, e formar mão-de- obra qualificada para que o país pudesse crescer.

As reformas do ensino aprovadas pelo regime militar começaram pelo ensino superior, mediante a aprovação da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969.

[...]o regime militar, numa “manobra pelo alto” concebeu e começou a empreender uma reforma do Ensino Superior (1968) e poucos anos depois a reforma do Ensino Primário e Médio (1971), tais reformas constituem-se como, em fragmentos de uma “revolução passiva”, pois além de não contar com participação da sociedade civil, visava ainda, desmobilizar “ eventuais movimentos neste campo” elas tinham também a pretensão de atender uma demanda efetiva e a uma carência real de seguimentos da sociedade excluída dos privilégios concedidos pelo “centro do poder” . Em decorrência, o Regime Político define um dos seus projetos de equalização social, produz um discurso de valorização da educação e transforma a política educacional em uma estratégia de hegemonia, num veículo para consenso. (GERMANO, 1993, p.142- 143).

O autor nos mostra a educação como um importante veículo para a estratégia de controle político e ideológico, visando à eliminação de exercícios de críticas sociais. Com a Reforma Universitária de 1968 o Estado atuou por duas vertentes.

Primeiramente valeu-se de uma tática restauradora, desmobilizando as oposições e eliminando os movimentos oposicionistas com a justificativa ideológica, baseada em um anticomunismo exacerbado para preservar o “Estado de Segurança Nacional”. A universidade era vista com muita preocupação neste período, pois diversas manifestações contra o regime partiram de dentro de seus centros acadêmicos. Em um segundo momento, existia a necessidade de investir na universidade a fim de formar mão-de-obra qualificada para a indústria e mercado consumidor. De acordo com Germano (2008), o pensamento militar pontifica-se, expresso através da ideia da *construção do Brasil potência*, da necessidade de combater a subversão comunista para atingir tal meta e da concepção da educação como instrumento de desenvolvimento para o estudante.

Outra grande reforma feita pelos militares foi do ensino 1º e 2º graus¹, pela lei Lei n. 5.692/71, em que o ensino de 1º grau passou de quatro para oito anos. Já o 2º grau tinha como característica formar profissionais para o mercado de trabalho (ensino técnico), segundo Germano (2008):

Quanto ao ensino de 2º grau, foi todo orientado na Lei para o mercado de trabalho, pela obrigatoriedade da profissionalização. Não se trata do trabalho como princípio educativo, mas da preparação de mão-de-obra para o mercado, ou seja, trata-se de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania. Aqui, sobretudo, a reforma educacional estava orientada para a formação profissional e a empregabilidade, pois não há espaço para a cidadania em regimes ditatoriais (GERMANO, 2008, pag. 329)

A educação teria papel importante nesse sentido porque teria que ser formadora de mão-de-obra para o setor industrial sem a necessidade de formar cidadãos críticos a ponto de poderem contestar as decisões governamentais. Por isso, não haveria a necessidade das ciências humanas.

¹ Atual ensino fundamental e médio

O ensino de história teve sérios impactos com a referida reforma. Tornou-se necessário reformular os currículos das escolas de primeiro e segundo graus, incluindo as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMEC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). As disciplinas de História e Geografia foram substituídas pelos Estudos Sociais, levando ao esvaziamento dos conteúdos, fazendo-os regredir ao método mnemônico, fazendo os alunos decorarem datas, nomes e fatos importantes da nossa história com vista ao desenvolvimento do nacionalismo, elemento importante na formação do indivíduo para a efetiva manutenção do regime instituído.

Acreditava-se que a adoção de Estudos Sociais deveria desenvolver nos alunos noções de espaço e tempo a partir dos estudos da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante. Ainda eram reforçadas pelo ensino de Estudos Sociais, noções como: pátria, nação, igualdade, liberdade, bem como a valorização dos heróis nacionais dentro de uma ótica que tentava legitimar, pelo controle do ensino, a política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento. (URBAN, 2011, p. 10)

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola seria uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito nacional, o método de ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores morais.

De maneira simplificada, podemos dizer que a reforma universitária e a reforma do ensino de 1º e 2º graus, compõem um mesmo movimento de reestruturação do sistema educacional brasileiro. Percebemos nesse período que as questões relativas à educação insere-se em duas ordens de preocupação por parte do governo federal: de um lado o ideário nacionalista baseado nos princípios da segurança nacional, onde a “ordem pública” e a “hierarquia de poderes” deveriam ser respeitados, e, de outro lado o esboço de projeto econômico desenvolvimentista urbano, cuja necessidade de um mercado de consumo e uma força de trabalho minimamente especializada se faziam necessários. (MARTINS, 2003.p.17)

A educação idealizada pelos militares teve como papel principal reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação de seus valores isto permitiria no imaginário de seus idealizadores que as demais classes passassem a reproduzir os valores pertencentes às elites. Isto tudo nos faz compreender que a classe que estava no poder buscava um modelo educacional a fim de homogeneizar todo o resto da sociedade de acordo com seus padrões.

O currículo escolar é um meio para isto. Para Abud (2002), este é uma construção, um processo fruto da seleção de alguém, de algum grupo que detém o poder e quer se manter.

Para Katia Abud (2002)

os programas escolares constituem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, o que significa impor à clientela escolar o exercício de cidadania que interessa aos grupos dominantes. (ABUD,2002, p. 28)

Os livros didáticos produzidos durante a ditadura foram um dos principais difusores do programa curricular e seguiam fielmente o programa oficial. Todo seu conteúdo seguia um ensino linear, voltado para a memorização. Os fatos políticos e militares encontravam-se em destaque nos livros de Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e História e mostravam sempre os grandes nomes e os grandes fatos, isto veremos com mais propriedades no próximo capítulo.

Desta forma, o livro didático torna-se peça fundamental neste processo educacional, pois serviam como uma forma de legitimar e idealizar o sistema político em vigência na época – o regime militar.

1.3 O papel dos livros escolares

Tomar o livro didático como objeto de pesquisa na área da História foi um passo importante. A Escola dos Annales abriu novas possibilidades, substituindo as narrativas históricas tradicionais, marcadas pelos acontecimentos políticos e econômicos.

O² estudo do livro didático como fonte torna-se de grande importância, pois apresenta os conteúdos e conhecimentos que se consolidaram como oficiais durante o contexto pesquisado, utilizados como parte do material pedagógico. Os livros didáticos têm características próprias muito diferentes dos outros tipos [de livros] publicados. É um objeto educativo que pertence ao universo escolar, estamos entendendo como livro didático:

Um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação. Deve-se levar em conta a complexidade desse objeto, porque o livro didático não é “apenas” um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira à última página. (OLIVEIRA,1989, p,40)

O livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem e, nessa relação, há vários sujeitos: o(s) autor(es), editor, trabalhadores, e, sobretudo, professores e alunos:

De modo geral, todos os livros didáticos necessitam ser compreendidos por seu processo de produção, distribuição e consumo. Esses três aspectos envolvem, historicamente, os contextos em que foram produzidos os livros – políticas editoriais, como as leis oficiais que regem a forma de produção dos livros, mercados e preços, além de outros – processos de compra e venda dos livros, políticas governamentais de aquisição de livros destinados à escola e consumo, ou seja, as maneiras como os livros chegam às mãos da população brasileira, bem como suas formas de utilização. Tais aspectos sugerem que nenhum livro didático pode ser apreendido como produto abstrato ou neutro, distanciado do contexto histórico em que existiu ou existe. (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p.p.135-136)

Os primeiros manuais escolares escritos no Brasil ficaram a cargo dos intelectuais do Império, principalmente por professores do Colégio Pedro II, que fora estruturado para ser o estabelecimento padrão do ensino secundário no Império, e da Escola Militar, no Rio de Janeiro em 1837.

Em 1838 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha como função “construir” uma história da nação, recriar um passado comum ordenando os fatos, buscando homogeneidades em personagens e eventos até

² Não temos neste trabalho o intuito de fazer uma longa historiografia do livro didático no Brasil.

então dispersos, os livros didáticos passam a ser de sua responsabilidade, representavam o modelo de instituições voltadas para a preservação dessa história pátria, identificada com referências luso-brasileiras: grandes personalidades, datas memoráveis, grandes fatos políticos, enfim, questões de um passado que servisse de referência para as gerações futuras.

No entanto, somente com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1930 e, posteriormente a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) a partir do decreto Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938, o presidente Getúlio Vargas estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. No Brasil, faltava uma legislação própria até aquele momento para os livros didáticos, é também neste período que Vargas instaura uma política de vigilância mais rigorosa sobre os livros didáticos, o governo expõe uma preocupação sobre o que devia ou não ser ensinado. Esta comissão tinha como objetivo analisar os conteúdos exercendo, portanto, um controle político – ideológico.

A partir desta lei, o mercado editorial brasileiro passa ter uma crescente de publicações, no entanto, o livro didático para todos não foi uma realidade a proposta de escola para todos avança, porém longe do que se esperava. Nosso trabalho não tem como objetivo analisar se foram positiva ou negativa essas propostas, o que percebemos e estamos preocupados em nossa análise é mostrar que os livros didáticos desde o tempos do Império segundo Bittencourt (1993), estão sujeitos à aprovação ou reprovação, um sistema de vigilância sobre o ensino.

1-4 Os livros didáticos na ditadura

Em 1959, quando se realizou em Genebra a XXII Conferência Internacional de Instrução Pública com o propósito de estabelecer recomendações concernentes à elaboração, escolha e utilização de livro-texto, os representantes dos 57 países presentes, dentre eles o Brasil, foram unânimes em reconhecer a importância do livro e de outros materiais de ensino para professores e alunos nas atividades escolares. Tais recomendações destacavam a responsabilidade do Estado de fornecer aos seus cidadãos, além da escola e do professor, também os livros e outros materiais didáticos necessários ao desenvolvimento do currículo dos alunos.

Com a ascensão do Governo Militar, na década de 60, mais precisamente em 1964, com o Golpe Militar que estabeleceu um regime ditatorial no país, há uma pressão governamental para a difusão de uma nova ideologia, que deveria permear as ações da sociedade. Essa ideologia seria implementada tendo por base o suporte de vários segmentos da sociedade, dos quais o educacional era um dos mais importantes e para o qual o livro didático era de grande relevância.

Em 6 de janeiro de 1964, foi firmado o convênio entre o Ministério de Educação e Cultura, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (MEC/SNEL/USAID)³, com o objetivo de “aperfeiçoar” a educação brasileira, mediante a proposta de reordenação dos tempos escolares, extinção ou redução de cargas horárias de disciplinas como Filosofia, Latim, Educação Política e História, privatização da educação e implementação do tecnicismo na educação, reformas pautadas por convênios de assistência técnica e cooperação financeira.

Em 1970, a Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação, implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL) e, em 1971, com a extinção do Convênio MEC/USAID, o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gestão dos recursos financeiros, até então a cargo da COLTED⁴.

³ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1971.

O MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro.

⁴ Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que foi instituída pelo Decreto nº 59.355, em 4 de outubro de 1966. Comissão esta que tinha como objetivo, coordenar, planejar, fiscalizar a produção dos livros didáticos. Este vigora de 1966 até 1971.

⁵De acordo com Miranda & Luca (2004) ao analisarem a elaboração e a utilização do livro didático através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em relação ao período militar afirma que:

:

A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados — 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas conseqüências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio. Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva. A problematização e a teorização relativas a esse contexto histórico particular acabariam por gerar discussões a respeito da formação da consciência histórica pensadas genericamente sob o ponto de vista da manipulação, do controle ideológico e da formação de mentes acríticas em função de falsificações deliberadamente inseridas no material didático destinado às crianças e aos jovens. (MIRANDA & LUCA, 2004, p. 125)

Para as autoras, a preocupação com o livro didático advém do Estado – Novo, com criação, uma Comissão Nacional de Livros Didáticos, cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra, avaliação e utilização do livro didático como já falamos anteriormente. Vários trabalhos acadêmicos debruçaram-se sobre a produção didática nacional desse período e muitos evidenciaram os compromissos ideológicos subjacentes, seu caráter manipulador, falsificador, mas, nosso trabalho não pretende avançar de forma

⁵ Não temos este trabalho o objetivo de fazer uma longa análise na historiografia dos livros didáticos produzidos na ditadura.

profunda nesta discussão, pois sabemos que a cada dia temos mais em mais trabalhos neste campo. O livro didático é o instrumento mais representativo da cultura escolar, e não existe independente do contexto econômico, político e social que o produz, distribui e consome. Inserido no contexto de uma sociedade capitalista, acaba por reproduzir mais que um currículo escolar, reproduz um complexo mecanismo de homogeneização de saberes, pensamento e atitudes que vão ao encontro da formação de uma identidade nacional. Ao abordamos o livro didático como nosso objeto que pesquisa nos reportamos a alguns autores que nos darão um *panorama* sobre este objeto, trabalhamos com Chartier (1994); Choppin (2004); Bittencourt (2002).

1.5 - Teóricos dos livros didáticos

Para a reflexão proposta neste trabalho, temos destacar que toda obra, e o livro didático não é diferente, tem uma intencionalidade, refletindo o lugar de onde fala o autor, seus objetivos, sua identidade, seus valores, seus usos, enfim, sua singularidade, isto ficara evidente nos autores referidos. Atribuir neutralidade a qualquer fonte e, em especial, a nossa, e nos levar a um grade equívoco. No entanto, seria uma postura reducionista analisarmos as obras como algo pronto e acabado.

Chartier (1994) trabalha com a proposta de questionar a ideia que o texto é o portador de um significado verdadeiro, que tudo que está escrito foi constituído pelo autor com o objetivo de fazer o leitor apenas reproduzir o que está escrito. Para Chartier (1994) pensar o leitor como o reproduzidor de conteúdos, de textos é algo que nos leva ao engano, para ele a leitura é uma produção de diversos significados o que leitor elabora de acordo com os códigos culturais que dispõe.

(...)Um tal projeto repousa, por princípio, num duplo postulado: que a leitura não está ainda inscrita no texto, e que não há portanto distância pensável entre o sentido que lhe é imposto pelo autor, pelo uso ou pela crítica (...) um texto só existe se houver um leitor que lhe de significado. (CHARTIER, 1994, pág. 11)

Pensar o leitor como aquele que dá significado ao texto é algo de suma importância, pois, para Chartier(1994), o livro sempre visou instaurar uma ordem, o

autor, o censor, o editor, todos pensam de uma forma ou de outra controlar mais de perto suas produções, para que ao final, o leitor possa compreender sem variações o que foi por ele escrito. Porém, para Chartier (1994), a leitura é, por definição rebelde e vadia, os diversos leitores se apropriam das formas mais variadas do que o autor quis dizer, entretanto, pensar que tudo que está no livro será aceito ou compreendido pelos alunos é novamente cair no erro, pois, o aluno, o professor poderão compreender das mais diversas formas o que está escrito.

[...]as práticas de leitura do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente às regras impostas por autores, editores ou por instituições governamentais. Assim, mesmo considerando que o livro escolar se caracteriza pelo texto impositivo e diretivo acompanhado de exercícios prescritivos, existem e existiram formas diversas de uso nas quais a atuação do professor é fundamental (CHARTIER 1994, p. 74)

O livro didático é mercadoria, mas é também objeto cultural, que participa dos fins escolares, em que intervêm diversos atores: legisladores, autores, editores, professores, alunos. Os livros são portadores da definição e distribuição do conhecimento sendo a forma mais visível das intenções e conhecimentos ensinados pela escola.

Para Chartier (1994):

Seja o que quer que façam, os autores não escrevem livros. Os livros não são absolutamente escritos. Eles são fabricados por copistas e outros artífices, por operários e outros técnicos, por presas e outras máquinas. Essa observação pode introduzir o terceiro dos deslocamentos que gostaria de sugerir contra a representação elaborada pela própria literatura e retomada pela mais quantitativa das histórias do livro – segundo a qual o texto existe em si mesmo isolado de toda a materialidade deve-se lembrar que não a texto fora do suporte que o dá a ler, e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas das quais ele atinge seu leitor. (CHARTIER,1994,p. 17)

Alain Choppin (2004) também dedicará parte de seus estudos ao livro didático; para ele os livros didáticos possuem 4 funções que variam conforme o ambiente sociocultural que está inserido: a época, as disciplinas, e a suas formas de utilização:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações

2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.

3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia implícita, mas não menos eficaz.

4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe também, um nível de formação elevado dos professores. (CHOPPIN, 2004, p. 553)

Para Choppin (2004), escrever a história dos livros escolares — ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido. Para ele, é preciso levar em conta quando se estuda o livro didático como fonte os diversos fatores que influenciam na construção de um livro didático.

Enfim, é preciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro

escolar, desde sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor e, idealmente, sua conservação para as futuras gerações. A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção etc.). Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas, e o recurso a técnicas e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas. Por fim, sua adoção nas classes, seu modo de consumo, sua recepção, seu descarte são capazes de mobilizar, nas sociedades democráticas sobretudo numerosos parceiros (professores, pais, sindicatos, associações, técnicos, bibliotecários, etc.) e de produzir debates e polêmicas. (CHOPPIN, 2004,p. 554)

A familiaridade com o uso do livro didático faz que seja fácil identifica-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros. Entretanto, trata-se de um objeto de difícil definição, por ser uma obra bastante complexa caracterizada pela influência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e da onde é produzido.

De acordo com Circe Bittencourt (2002), o livro escolar torna-se um dos instrumentos de controle estatal sobre o ensino, para a autora o livro didático é antes de tudo uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece uma lógica de mercado, em sua construção sofre interferências variadas tanto autor, editor, editora necessitam fazer uma mercadoria que venda. Mas além de ser uma mercadoria o livro didático para Bittencourt também é um depositário de conteúdos escolares, suporte básico e sistemático das propostas curriculares elaborada pelo Estado. Finalmente para ela o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura:

[...] várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores de grupos dominantes, generalizando temas como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.
(BITTENCOURT, 2002. Pág., 72)

No entanto, para a autora é necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração (autor, editor, Estado, professor, alunos) todos realizam práticas diferentes de leitura e de utilização no trabalho

escolar. Os autores não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência são sistematicamente silenciados.

O estudo do livro didático como fonte torna-se fundamental para nossa análise. Os livros de Educação Moral e Cívica que iremos estudar estão fundamentados nestas discussões, além de serem singulares na universalização dos saberes a serem ensinados, eles tem como objetivo estabelecer um padrão cultural aos seus leitores, é evidente como já discutimos, que muitos livros tentaram dar aos leitores um padrão de leitura, pois entendiam que o leitor era apenas um reproduzidor do que nele estava escrito. Desta forma, as práticas de leitura do livro didático faz parte de um processo específico e contraditório de aprendizagem. Segundo Bitencourt (2008) esse material oferece condições para o aluno à leitura e escrita, ampliando de certa forma seu conhecimento, no entanto o mesmo limita e direciona a leitura para determinadas formas, não temos neste trabalho intenção de defender um livro ideal, pois em nossas diversas leituras sabemos que estamos trabalhando com um objeto que pertence há diversos públicos escolares, o que pretendemos trabalhar neste capítulo foi mostrar como esse objeto pode servir como instrumento de tentativas de legitimar um determinado grupo que se encontrava no poder.

Importante salientar que o livro didático não é o responsável de forma isolada na formação de uma memória histórica, na maior parte das vezes, serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória. Ao retratar os grandes homens, as datas importantes, os ciclos econômicos, o civismo; os livros de Educação Moral e Cívica tinham como interesse dar aos brasileiros um padrão de “conduta”, espelhando em nossos grandes heróis nacionais. No próximo capítulo iremos analisar de forma mais profunda de como o Estado Militar através da disciplina de Educação Moral e Cívica tenta implementar isto.

Capítulo 2

A Moral Cívica - doutrinando cidadãos

2.1 DITADURA MILITAR

A ditadura militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, foi um período marcado por momentos de extremo autoritarismo, violência, repressão, censura; para compreender essa conjuntura se faz necessário entender como vários mecanismos autoritários, que buscavam o controle e o consenso da população, tentavam atuar nas diversas esferas da sociedade.

Os militares assumem o poder em 31/03/1964 dando um golpe no então presidente João Goulart, os militares acusavam Goulart de ser adepto do comunismo.

Nessa perspectiva, o golpe de Estado de 1964 foi deflagrado em nome da ordem, do combate à desordem, à subversão comunista e à corrupção. Foi justificado ideologicamente pela *doutrina da segurança nacional*, cujas palavras-chave eram *segurança e desenvolvimento*, portanto, o lema *ordem e progresso* agasalhado por outro vocabulário, atualizado com os tempos da Guerra Fria, envolvendo o conflito entre capitalismo e socialismo. (GERMANO, 2008. P. 315)

As propostas de reformas de base (tributária, bancária, fiscal, administrativa, agrária) que Goulart pretendia fazer agitaram o país; de um lado estava o governo apoiado pelos nacionalistas e pelas esquerdas confiantes e esperançosos que o apoio das massas populares os levariam a vitória; do outro estavam as elites econômicas e políticas do país, pendendo também para esse lado estavam a classe média e a igreja católica e os militares, o medo que essas reformas levasse o país para o “comunismo” foram o fiel da balança para se estruturar o golpe. No entanto, para Chivenato (1994), as Reformas de Base estavam bem longe de socializar o país, na verdade “pretendiam agilizar o capitalismo brasileiro, proporcionando-lhe condições de desenvolvimento com maior participação do povo como produto final”. (CHIAVENATO, 1994, p. 17).

Para Chiavenato (1994), a questão da reforma agrária Goulart foi crucial para que o golpe ocorresse, pois, com a realização efetiva da reforma agrária segundo o autor liquidaria por completo com as bases políticas do país, o modelo coronelista, presente em diversas regiões do país entraria em um colapso, porque em um país de heranças escravistas, de grandes latifúndios, a terra torna-se uma máquina de poder e de dinheiro:

[...] a oposição à Reforma Agrária não acontecia porque o capitalismo ou a burguesia se sentissem ameaçados como sistema econômico e social. Mas, principalmente, porque ela liquidaria a base de poder político, enterrando por completo pelo menos na visão governista de então o que restava do coronelismo no Brasil. (CHIAVENATO, 1994, p. 18)

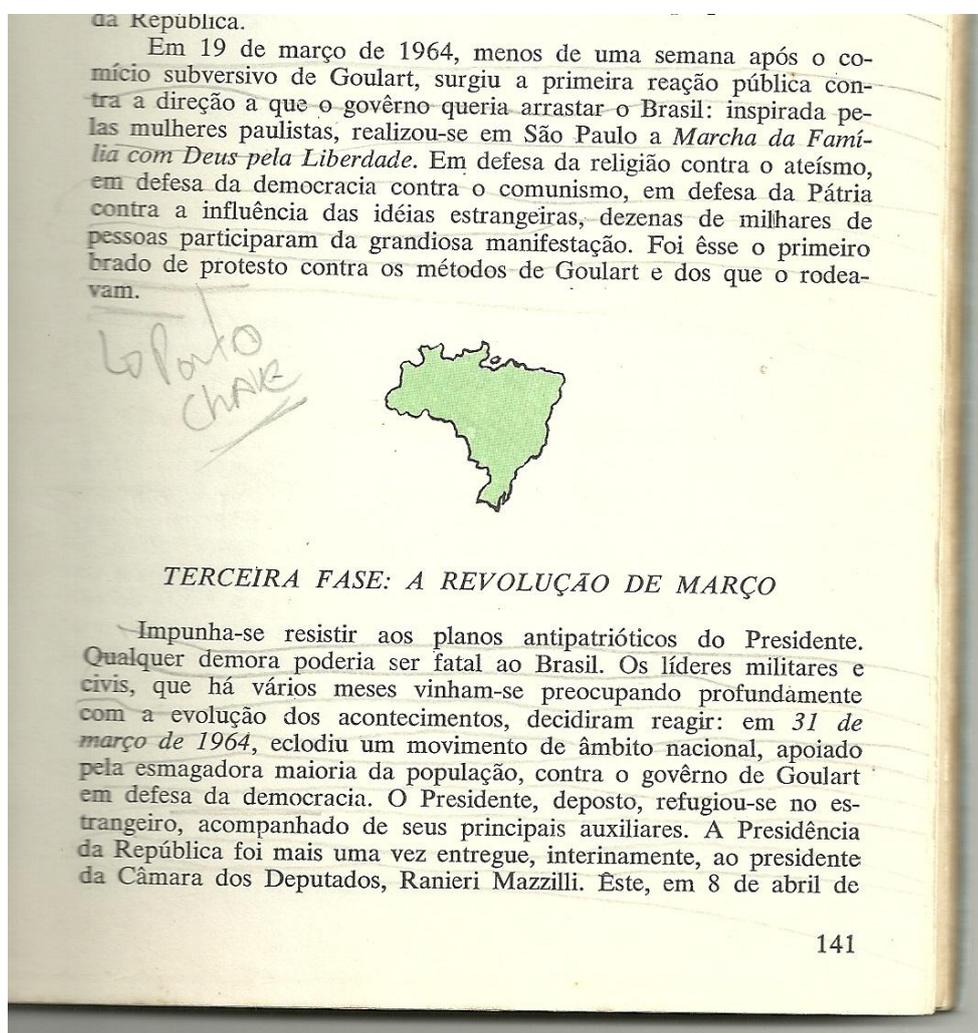
A burguesia financeira e industrial também fez seus votos contrários as reformas, por estarem aliadas ao capital externo, principalmente com o capital norte-americano; muitos industriais temeram a nacionalização de suas empresas denunciando Goulart como comunista. Com uma forte oposição Goulart tentou apoiar-se na massa trabalhadora realizando um comício no dia 13/03/1964, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, onde anunciou as diversas reformas que pretendia realizar, parte da imprensa também fez coro contra Goulart, acusando-o também de comunista, com grande parte dos meios de comunicação contrários ao governo, a propaganda contra Jango só aumentava.

Outro fator que leva a queda de Goulart segundo Chiavenato (1994, p.23) foi apoio da igreja católica contra seu governo, com um alto clero conservador acreditava-se que as reformas levaria o Brasil para o comunismo – ateu. “*A Marcha da Família com Deus pela liberdade*” realizada em São Paulo em 19 /03/1964 foi uma das primeiras manifestações populares contra o governo Goulart, liderado pela Igreja Católica especialmente pelo padre Patrik Peyton um especialista em liderar massas contra o “comunismo – ateu” a marcha possuía um lema “a família que reza unida permanece unida” por trás dessa mensagem vinha o recado anticomunista que associava os males do mundo e do Brasil aos adeptos do comunismo , a marcha segundo seus idealizadores seria a defesa da religião contra o ateísmo em defesa da democracia contra o comunismo, a defesa da Pátria contra a influencias

da ideias estrangeiras. Foi apostando nesta aliança que os militares traçam o plano de deposição do presidente dando início à Ditadura Militar.

Dado todo este contexto os militares deram o golpe no então presidente eleito João Goulart acusando o de comunismo de abandonar a cadeira presidencial⁶ se fixam no poder, mas, para permanecer à frente do poder executivo esses necessitavam legitimar seu poder, já que não foram escolhidos para presidirem a nação, para isto o regime militar tinha a intenção de convencer os indivíduos de que as diversas ações colocadas em prática, pelos fossem beneficiar a todos.

Veja como isto foi trabalhado no livro didático “Educação moral, cívica e política”:



MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 . p.141

⁶ Goulart em meio da crise se refugia em sua fazenda no Rio Grande do Sul a fim de evitar uma guerra- civil

O governo divulgava, nos diversos meios, inclusive na área educacional, que o que havia havido no Brasil era uma grade Revolução garantido a ordem e, os ideais democráticos anteriormente ameaçado por Goulart. A ditadura valeu-se dessa estratégia, a construção de um suposto ideário de democracia foi o fio condutor de todo o regime. De acordo com REZENDE (2001):

[...] a construção de um suposto ideário de democracia enquanto um sistema que sedimentasse determinados interesse e valores sociais foi, sem dúvida, uma das grandes prioridades daquele período [...] o sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia que a ditadura procurava elaborar estava estritamente vinculado às suas estratégias de ação nas diversas esferas seja econômica, política ou psicossocial. [...] A afirmativa de que a ditadura tentava legitimar suas ações e medidas através da construção de um suposto ideário de democracia significa dizer que se está empregando o sentido de legitimidade como busca de reconhecimento, por parte da maioria dos segmentos sociais, em torno dos valores propalados como fundantes do regime militar, bem como a procura de adesão às suas pressuposições em torno da convivência social. (REZENDE,2001, pag 2-3)

Esta preocupação com a democracia a fim de legitimar o poder veremos mais adiante.

2.2 Estado Militar e a educação

Essas medidas se inscreviam em um contexto de radicalização política. O conservadorismo da elite e de parte da classe média impedia qualquer alteração nas estruturas sociais do país, é apoiado nesta estrutura que o golpe militar acontece. Para Chiavenato (1994):

[...] a resistência da classe média às mudanças, com um medo quase histórico a tudo que cheirasse a “proletário”. A classe média, condicionada pelos preconceitos das elites, sentia-se *superior* ao operariado que, repentinamente despontava no cenário político. A saída foi apoiar soluções autoritárias contra a emergência dos trabalhadores – um povo que há menos de oitenta anos era escravo, agora reivindicava direito que a classe média supunha que lhe seriam roubados. (CHIAVENATO, 1994, pag 44)

Com o golpe de Estado de 1964, instalou-se no país o governo dos militares. A doutrina da Segurança Nacional traduzia as ideias do regime que se iniciava. A

doutrina da Segurança Nacional resume-se basicamente segundo Germano, (1993) em *“um estado permanente de guerra total, entre o mundo livre da civilização ocidental e cristã (capitalista) e o comunismo internacional e ateu”*.. Para Germano (1993), “guerra total” é a Guerra Fria, manter a ordem e se estabelecer de forma definitiva no poder eram os objetivos do governo militar.

Sob a égide da Doutrina da Segurança nacional o estado militar baseava-se no desenvolvimento econômico do país, para isso houve a necessidade em investir na Escola, essa seria uma das instituições responsáveis por doutrinar os cidadãos de acordo com os objetivos do governo. Durante o final da década de 1960 início da década de 1970 os governos militares realizaram reformas educacionais visando de uma forma geral “combater o comunismo”. O ensino de História, Geografia, Sociologia, Filosofia entre outras disciplinas sofreram com Lei de diretrizes e bases da educação 5.692/71 que limitou suas ações, muitos professores ficaram impedidos de ministrar suas aulas, pois, os conteúdos que na visão dos militares tivessem por ventura um cunho de “esquerda”, passaram a serem combatidos pelo regime.

A ditadura construiu uma ampla estratégia nas diversas esferas da vida social visando alcançar a adesão da maioria da população, para isso necessitava de legitimar seu poder.

[...] o regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores ligados à família, à escola, à pátria, à religião, à ordem, à disciplina, que segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira Em termos gerais, pode –se dizer que a busca de legitimidade do regime militar significava, basicamente que ele se debatia para encontrar meio de obediência, adesão e aceitabilidade para suas forma de atuação e ação . (REZENDE, 2001. p. 3- 4)

Segundo Rezende (2001), o regime militar lidou com dois desafios para legitimar seu poder perante a sociedade. O primeiro foi constituir elementos que viessem a certificar que aquele movimento era legítimo. O segundo se caracterizou pelo empenho do grupo que estava no poder em da continuidade ao processo de construção de legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais.

Uma área muito utilizada em busca de legitimar foi a educação. A reforma no sistema educacional teve dois princípios norteadores, o primeiro o controle político das universidades públicas brasileiras e segundo a formação de mão de obra para economia. O Regime vigente modificou a obrigatoriedade da escolarização de

quatro para oito anos para o 1^o grau e com a organização do ensino de 2^o grau profissionalizante, novas disciplinas passaram a fazer parte com currículo Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil – OSPB. Introduzir disciplinas sobre o civismo significava impor a vontades do regime.

Segundo Katia Abud: (1999)

Ao não reconhecer História e Geografia como campos epistemológicos independentes e colocá-los, na organização curricular, no mesmo nível e grau de educação moral e cívica e Organização Social do Trabalho, os órgãos públicos ligados a educação admitiam um sentido pragmático para as disciplinas, o de ajustar o individuo a sociedade e formar o cidadão pouco consciente (...) sua finalidade maior era preparar o individuo para o trabalho (ABUD, 1999, pag.151)

Como já trabalhamos estas reformas levam ao esvaziamento dos conteúdos de História e Geografia ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto politico e social organizado pelo governo militar.

2.3 Da implantação da disciplina de Educação Moral e cívica

Com a intervenção do Estado Militar na educação, a Educação Moral e Cívica (EMC) se tornou um instrumento muito importante. A discussão sobre a universalização da escola, do ensino de uma moral cívico-patriótica já se fazia presente desde os primeiros anos da república. Em alguns momentos a EMC chegou a ser lecionada como disciplina, mas, em outros apenas como orientação geral das escolas. Com sua obrigatoriedade a partir de 1969, a educação Moral e Cívica passa a ser uma disciplina escolar presente nos currículos escolares. Para Filgueiras (2006):

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a

⁷ Atual ensino fundamental

⁸ Atual ensino médio

ser inculcada - da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar. (FILGUEIRAS, 2006, p. 3397)

A educação moral e cívica foi introduzida no currículo com o intuito de contribuir para a formação cívica do povo brasileiro. De acordo com Douglas Michalany no livro *“Educação Moral, Cívica e Política”* (1971) que iremos trabalhar a EMC (Educação Moral e Cívica) parte da premissa de que para agir bem era necessário conhecer o Bem, com isso se conclui que para ser um bom cidadão é fundamental conhecer os seus direitos e deveres, morais, cívicos e políticos.

O grande objetivo da EMC era formar uma geração comprometida com o exercício pátrio, uma geração capaz de assumir a defesa da soberania nacional e das instituições vigentes, liberta da corrupção e da subversão que prejudicam o desenvolvimento da Pátria.

Para Filgueiras (2006):

O objetivo geral da disciplina era a formação ou aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e ao preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática com o fortalecimento dos valores morais e espirituais da nacionalidade (FILGUEIRAS, 2006, p 79)

Com a lei n.º 869 de 12 de setembro de 1969, o ensino de Moral e Cívica torna-se obrigatório em todo o país fazendo parte dos currículos escolares a partir de 1971 até 1993 quando foi revogada pela lei n.º 8663. Esta tinha como finalidade de acordo com o Art. 2º:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio- político- econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

Com a obrigatoriedade do ensino de Moral e Cívica, o governo militar passou a investir de forma incisiva na reestruturação e na elaboração de manuais didáticos com o intuito de doutrinar e controlar os cidadãos de acordo com os interesses do regime. Para o regime militar, ensinar ao povo valores morais e cívicos significava defender a população contra a propaganda comunista

A nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho e os heróis, esses conceitos passaram a ser o centro do programa da disciplina de Educação Moral e Cívica.

Para Fonseca (1993):

Interessante observar que há uma tentativa de legitimar pelo controle do ensino de EMC, a lógica política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento da juventude, homogeneizando a imagem destes sujeitos sociais, em torno da imagem do Homem que melhor serve aos interesses do Estado e da Nação. (FONSECA,1993, p. 61)

Para planejar e revigorar a Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro foi criado a Comissão Nacional de Moral e Cívica (CNMC),⁹ cujos membros eram pessoas dedicadas e escolhidas pelo Presidente da República. Esta comissão gozava de uma série de privilégios ligados ao que era considerado de “interesse nacional”, e esta colaborou de forma significativa nas diretrizes do ensino de Educação e Moral e cívica nas escolas.

⁹ A CNMC foi criada em 12 de setembro de 1969, por meio do Decreto-Lei n. 869. E seu término ocorreu em 21 de novembro de 1986 quando foi extinta pelo Decreto n. 93.613.

O Artigo 6º do Decreto-lei nº. 869/69 estabelecia as funções da CNMC:

- a) Articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) Colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e Programas de Educação Moral e Cívica;
- c) Colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- d) Influenciar e convocar à cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, as Instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão, das entidades esportivas e de recreação, das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;
- e) Assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste (BRASIL, 1969, Decreto-lei nº. 869/69)

A instauração da CNMC teve o intenção de regulamentar às ações políticas repressoras e introduzir normatizações acerca da moralidade e dos deveres dos cidadãos no interior escolar. Para que os livros pudessem circular eram necessários a autorização e a homologação da CNMC. Como se percebe a seguir:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

APROVAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS SOB O PONTO
DE VISTA DE MORAL E CIVISMO

(Art. 6º, letra e do Decreto-Lei
nº 869, de 12.9.1969)

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

CERTIFICO, a pedido do interessado que, no Diário Oficial da União de 10.12.1970, pag. 10.524, consta a homologação abaixo do Exmoº Sr. Ministro da Educação e Cultura:

"Processo nº 106.333/70

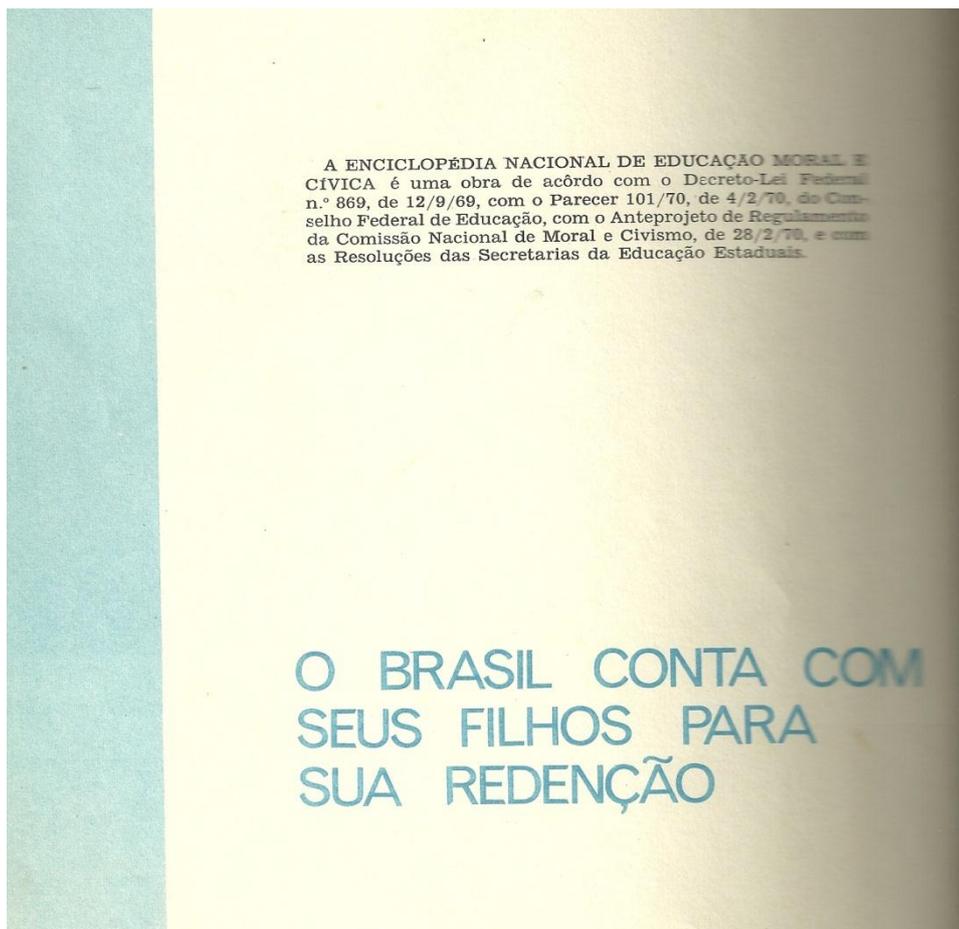
Nos termos e para os efeitos da Portaria nº 3543, de 13 de outubro de 1970 retificada pela de nº 3609, de 17 de novembro subsequente, HOMOLOGO o Parecer da Comissão Nacional de Moral e - Civismo, favorável à aprovação do livro intitulado "Educação Moral, Cívica e Política", de autoria de DOUGLAS MICHALANY e CIRO DE MOURA RAMOS, editado pela gráfica Editora Michalany - S/A., de São Paulo - SP."

Palácio Tiradentes, 5º andar, Guanabara
15 de janeiro de 1971

Alma Figueiredo

Alma Albertina de Castro Figueiredo
Secretária-Geral da CNMC

Ciro de Moura, MICHALANY, Douglas. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971



PONTES, Ciro. **Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica**. 1º vol.: educação objetivo da moral. São Paulo: Formar, 1970.

Segundo Fonseca (1993), podemos afirmar que através destas atribuições que não se trata de uma simples disciplina no currículo escolar, mas, sim de uma “doutrina” cuja programação é controlada pelo Estado. Sem dúvida, a Comissão Nacional de Moral e Cívica evidenciam papel moralizador e ideológico, doutrinador estendidos por diversas instituições sociais, tais como a escola, os meios de comunicações.

2. 4 Escola e a cidadania.

Formar cidadãos, dar a eles uma “cidadania” sempre foi uma preocupação da escola. De acordo com Beatriz Nadal (2008), a autora nos mostra que as bases da escola estão ligadas diretamente com as revoluções burguesas em especial a Revolução Francesa. Para Nadal (2008), o conhecimento escolar sistematizado advém da revolução francesa e da formação do estado moderno, a preocupação em

formar mão de obra “qualificada” e dar ao povo uma identidade nacional foram seus pilares.

A formação do estado moderno segundo Nadal (2008):

[...] se deu atrelado à consolidação da burguesia, a qual necessitava desse aparato político para legitimar os novos processos econômicos que começavam a se estabelecer (em especial a propriedade privada e a liberdade de comércio e produção). Fundado numa concepção liberal, partiu do pressuposto de que, na medida em que permitisse que as relações travadas entre os cidadãos se constituíssem naturalmente, sem intervenção, alcançar-se-ia uma sociedade desenvolvida e justa (NADAL,2008,p.3)

No entanto, de acordo com Nadal (2008), a escola gratuita, para todos, acenava como instituição fundamental na consolidação da nova sociedade que se opunha à anterior, absolutista e feudal, porém, não foi o que ocorreu como planejado:

[...] apesar de defendida e, inclusive, projetada, a idéia de uma escola pública para todos não se concretizou naquele momento, especialmente porque sua trajetória foi marcada por lutas e contradições. Ainda que para o Estado moderno a escola fosse um aparelho importante, para civilizar e ao mesmo tempo controlar o povo, sua implementação exigia um financiamento que o Estado não intencionava bancar. A burguesia que havia se aliado as classes populares no processo de superação do sistema político anterior, as abandona tanto pelo medo de que as estruturas sociais e de produção que paulatinamente iam-se fortalecendo fossem novamente alteradas, como, também, pela pouca vontade em investir os recursos do Estado em projetos sociais que as favoreceriam. (NADAL,2008,p.4)

Como podemos perceber, a Escola Moderna deixou algumas lacunas, principalmente na relação a inserção das classes mais baixas à escola, contudo, de acordo com a autora, a partir da Revolução Francesa e principalmente com o fortalecimento do capitalismo, a escola passou a ser vista com um lugar importante, pois ela teria com uma de sua responsabilidade formar o cidadão, principalmente a formação da mão de obra. O Estado atuaria com uma autoridade plena, capaz de estabilizar as relações entre os homens, impedindo que se destruíssem mutuamente, estando frente à sociedade civil, o Estado estabelece-se aos homens e mulheres a impressão de pertencerem a uma comunidade, dando a eles uma

“identidade nacional”. A construção da Escola se justifica pela necessidade da burguesia legitimar e estabelecer seu poder sob as demais classes sociais a função social da escola desde período era formar “cidadãos”.

A disseminação da educação pública deveria, em princípio, inculcar a idéia de pátria, legitimar o novo sistema político tentar dar ao povo uma identidade comum Na medida em que a educação passou a ser tratada como fator de interesse público e submetida à intervenção (domínio) estatal, toda uma forma de organização do sistema educacional escolar foi criada e o Estado passou a regular os marcos legais do trabalho docente (formação exigida, critérios de acesso, condições de trabalho), do funcionamento e administração (calendários escolares, graus de ensino, organogramas) e do próprio currículo (programas, manuais escolares, processos de avaliação). (NADAL, 2008,p.7)

A implementação de uma disciplina que tinha como objetivo formar e dar ao cidadão um padrão de cidadania relaciona-se diretamente com a luta contra a subversão comunista, fazia-se necessário moralizar a sociedade, mostrar a ela o perigo do comunismo.

A disciplina de EMC visava à formação ou aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e o preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade. Essa forte carga de moralidade buscava a restrição de conteúdos considerados ameaçadores ao projeto educacional dos militares e a inserção da normatização e contenção através do discurso repressor. (FILGUEIRAS, 2007,p.67)

Os jovens tiveram prioridade neste processo de ensino, pois os movimentos estudantis, a juventude em si participava ativamente da vida política do país, os ideais comunistas tiveram muita força entre os jovens, esses não aceitavam o que estava acontecendo no país, criar a obrigatoriedade da EMC nas escolas foi uma forma de defender a população desses ideais tidos pelo militares com subversivos, proteger o povo, a moral cristã e os bons costumes seriam a grande responsabilidade dessa disciplina.

O governo militar necessitava de bases para sua sustentação este se apoiou em intelectuais, nos meios de imprensa e principalmente na área da educação No entanto o conceito de cidadania é algo histórico, seu sentido muda de acordo com o lugar e o tempo, ser cidadão é diferente de um país para outro, cada Estado

Nacional possui suas leis e essas condicionam ao indivíduo direito e deveres. De acordo com José Murilo de Carvalho (1996), a cidadania no Brasil, por mais que se possa discutir, advém “de cima para baixo”. O Estado e as elites tentaram de uma forma ou de outra impor suas vontades e seus padrões culturais sobre as demais classes e é evidente que, para o autor, os demais grupos sociais também tentam impor seus valores culturais. Muitos deles até conseguiram, porém, o Estado no Brasil se configura por ser uma instituição centralizadora.

Para Germano (1994) as questões que motivaram o Estado a fazer a Reforma Universitária de 1968 e a do 1º grau em 1971, podem ser consideradas um reflexo desta manobra feita pelo alto, ambas as reformas tiveram dois pontos fundamentais: a necessidade de aumentar a escolarização da maioria da população se justifica pela necessidade de formação de mão-de-obra “qualificada” para o mercado de trabalho e a partir desse momento há a implantação do ensino técnico no país, e o outro ponto é a necessidade de legitimar e doutrinar e o seu poder perante os cidadãos. A Educação Moral e Cívica (EMC) terá um papel de destaque neste momento e será a responsável por moldar o comportamento e convencer a população acerca das benesses do regime militar.

José Vaidergorn (1987) faz uma análise histórica de como EMC se constituiu, chegando a conclusão que o que ficou denominado de “Educação Moral e Cívica” é, na verdade, uma mistura de vários elementos presentes no catolicismo, positivismo, liberalismo.

Após fazer uma análise nas raízes da disciplina, Vaidergon (1987) percebe que a Educação Moral e Cívica seria a forma de preservação do poder dos grupos conservadores que pretendiam estender seus ideais para toda a população.

A educação moral e cívica explicita-se como projeto e proposta conservadora, e esta é identificada com requinte e astúcia retóricas, como o monopólio do pretense “patriotismo” . (VAIDERGON 1987. PAG 5)

O livro didático e as aulas de EMC serão as formas mais comuns de difusão das ideias do Regime. As questões apresentadas neste capítulo trarão a tona discussões sobre o que é o civismo, o papel da escola, da família e das forças armadas na formação cívica.

O prefácio do livro de Douglas Michalany e Ciro Moura Ramos (1971) e de Ciro Pontes (1970) já apresentam qual é o objetivo do livro:

APRESENTAÇÃO

Este livro foi concebido objetivando contribuir para a formação cívica do povo brasileiro. Parte da premissa de que para agir bem é preciso primeiro conhecer o Bem; de onde se conclui que, para ser um bom cidadão, é fundamental conhecer os direitos e deveres morais, cívicos e políticos dos cidadãos.

Numerosos e relevantes são os problemas decorrentes da necessidade de se desenvolver a educação moral, cívica e política — processo básico do homem como ser social — mormente nesta difícil fase que atravessa a Humanidade. Os acontecimentos de todos os dias, estampados nos jornais e revistas de todo o mundo, demonstram-no sobejamente. Daí a urgência de uma tomada de posição clara e fundamentada por parte da juventude, dos pais, dos educadores e dos dirigentes brasileiros, em face das filosofias atualmente existentes, para que não se percam os ideais acalentados por nosso povo ao longo de tantos séculos.

O grande desafio com que se defronta o Brasil não é apenas a necessidade de acelerar seu desenvolvimento, mas também de preservar suas instituições democráticas e cristãs, cujos alicerces a subversão e o terrorismo procuram minar. O presente trabalho não é alheio a esse problema. Uma geração mais consciente de suas responsabilidades morais, cívicas e políticas estará em melhores condições para assumir a defesa da soberania nacional e das instituições vigentes: libertada da corrupção, das ideologias estranhas e da subversão que prejudicam o desenvolvimento da Pátria, essa geração poderá conduzir o Brasil a seu grande destino.

Este livro foi elaborado especialmente para a juventude e aqueles a quem compete a nobre missão de prepará-la para o exercício da cidadania. É uma espécie de catecismo pátrio que, transmitido de uma geração a outra, tem a finalidade exclusiva de bem servir.

Procurou-se escrever este trabalho com simplicidade e clareza, tão necessárias ao leitor que se inicia nesse campo; por outro lado, os assuntos são abordados dentro de uma seqüência lógica, permitindo assim a melhor compreensão da matéria.

A obra é dividida em cinco grandes partes, nas quais são examinados os seguintes assuntos:

MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971

PREFÁCIO

É com a maior das satisfações que entregamos aos nossos prezados leitores a ENCICLOPÉDIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

No momento em que o nosso Governo, numa iniciativa de rara felicidade, está despertando o amor e o respeito ao nosso País, através da Educação Moral e Cívica, não podíamos deixar de emprestar nossa colaboração a movimento de importância tão relevante. Assim, editamos esta obra, que será de inegável valor a professores e alunos, e a todos que desejem melhorar seu conhecimento sobre o assunto, principalmente os pais dos jovens estudantes, os quais muitas vezes se ressentem de informações criteriosas e seguras para uma orientação objetiva e moderna a seus filhos.

Desejamos, neste ensejo, congratularmo-nos com a atitude do Governo Federal pela instituição, em todo o território nacional, da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica nas escolas, pelo Decreto-Lei n.º 869/69.

O objetivo da Educação Moral e Cívica é proporcionar ao educando a aquisição de hábitos morais e cívicos, tornando-o mais feliz, mais confiante nos destinos da Pátria e mais útil ao povo a que pertence.

Os Editôres

PONTES, Ciro. Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica. 1º vol.: educação objetivo da moral. São Paulo: Formar, 1969.

Percebemos que os livros foram elaborados principalmente para a juventude, como os próprios autores nos falam o grande objetivo dos livros eram preparar estes jovens para o exercício da cidadania e seu exercício pátrio.

No capítulo 9 intitulado Moral e Cívica – segunda parte, da obra “Educação Moral Cívica e política” (1971), os autores iniciam mostrando as características fundamentais do civismo, como podemos ver abaixo:

CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO CIVISMO

 *Civismo* (do latim *civis* — cidadão) é a atuação consciente e esclarecida do cidadão no seio da comunidade, através do cumprimento de seus deveres de cidadania e de seu esforço em contribuir para o progresso e engrandecimento da Pátria. Caracteriza-se por uma atitude ativa de interesse e participação nos problemas da comunidade.

O Civismo não é o gozo pacífico dos direitos assegurados por leis mas sim a vigilância permanente e a ação constante, para que se alcancem os seguintes objetivos:

1) Obediência às leis; 2) preservação da ordem; 3) defesa da moral e dos bons costumes; 4) estímulo aos valores sociais positivos; 5) repressão aos elementos ou fatores sociais negativos; 6) incentivo aos jovens, para que desenvolvam sua personalidade de forma harmoniosa e sadia; 7) colaboração nas obras sociais e iniciativas que visem ao bem-estar da comunidade; 8) quaisquer outras formas de colocar, a serviço da comunidade, as experiências, habilidades, capacidades e dons de que se é portador.

MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 p.63

Para a vivência plena do civismo segundo os manuais, o indivíduo necessita de algumas instituições que os guiará durante sua formação cívica. São elas: a família, a escola e as forças armadas, como podemos ver no livro de Ciro de Moura e Douglas Machalany.

O PAPEL DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DAS FÔRÇAS ARMADAS NA FORMAÇÃO CÍVICA

A vivência do Civismo se processa em círculos concêntricos, cujo centro é a *pessoa humana* e cujos perímetros se alargam a partir do meio imediato, constituído pela *família*, passando à *escola*, ao *bairro*, à *cidade*, às *Fôrças Armadas*, ao *país* e ao *mundo*; assim, cada círculo abrangerá uma série de relações humanas, cada vez mais amplas e mais gerais.

É no lar, no seio da *família*, que começa a ser formado o cidadão consciente de seus direitos e deveres. Quando o lar falha, dificilmente os outros círculos podem ser atingidos plenamente. Aliás, a situação do lar poderá ser mutilada, ou anulada, pela influência de diversos fatores: 1) a *vizinhança*, que, dada sua proximidade do lar, exerce grande influência na formação do cidadão; 2) o *bairro*, nem sempre isento de más influências; 3) a *cidade*, como unidade de contatos sociais frequentes, entre indivíduos provindos das mais diversas condições; 4) o *país*, cujos aspectos negativos são aumentados pelos maus cidadãos; 5) o *mundo*, cujas fraquezas e depravações são valorizadas, tantas vêzes, pelo teatro, cinema, rádio, televisão, revistas e jornais, como se fôssem progresso realizado pela Humanidade.

MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 p.64

Como podemos verificar, os autores chamam a atenção em primeiro lugar para formação cívica o seio familiar. Segundo eles, é neste ambiente que começa a ser formado o cidadão, as primeiras noções de direitos e deveres, trabalho, no entanto, quando o lar falha, alguns problemas aparecem com o passar do tempo.

No livro de Ciro Pontes “Enciclopédia de Educação Moral e Cívica” a influência da família aparece de forma importante, verifica-se que o autor dará maior ênfase na formação profissional do indivíduo. O autor nos apresenta que os pais são aqueles capazes de “ajudar” a reconhecer o filho suas habilidades. Segundo Pontes:

Deixar fazer pequenas experiências incentivando as atividades criadoras que permitam a manifestação de habilidades, ajuda a criança a se definir pela adoção ou aversão; dar como brinquedos materiais que permitam a construção de algo. [...]

Mais tarde, conversar com o jovem sobre as profissões; mostrar seu valor social; se possível leva-lo ao local de trabalho; permitir que ele faça experiências; educa-lo para a reponsabilidade, pois o emprego exige dêle o cumprimento de dever para com a vida. (PONTES, 1969,p. 75)

Outra instituição que irá contribuir para a formação de mão-de-obra é a escola. A preocupação com a formação de profissionais, segundo os militares,

estava baseado no plano de desenvolvimento econômico do país, é evidente como vimos acima que a escola tem esta prerrogativa de preparar os trabalhadores para a aceitação dos novos ritmos, espaços e modos de produção no interior das indústrias, objetivando intensificar a produtividade “ajudando” o país a crescer.

Ciro Pontes privilegia em sua obra a formação do jovem para o mercado de trabalho. Isto fica bem claro durante sua obra: a escola seria a outra instituição capaz de auxiliar na formação deste jovem, como podemos ver abaixo:

Professores

As matérias do currículo escolar constituem um dos meios de conhecimento dos jovens; seu interesse, facilidade, dificuldades ou aversão, devidamente observados, ajudam a seleção. Os professores desempenham então um papel importante quando, conscientes do valor da disciplina, informam ao aluno a aplicação da referida matéria nas diferentes áreas das atividades humanas, quando ministram suas aulas com amor, dedicação e eficiência, evitando que os alunos se desinteressem da matéria porque não gostam das aulas, procurando conhecer os alunos e entrar em contato com eles para mostrar-lhes seus pontos fortes e fracos.

Escola

Através do planejamento de orientação educacional, a escola tem o dever de auxiliar o jovem numa das escolhas mais importantes da vida.

A escola não é apenas uma oficina de instrução mas, principalmente, a delegada das famílias para completar a formação dos jovens que nela ingressam. E se ela não cuida, no seu programa educacional, da instrução, da cultura e da formação, estará traindo a família e a comunidade em que está inserida. A escolha educacional e profissional é um dos objetos importantes da formação do indivíduo.

Um programa de orientação nesse sentido deverá incluir além das entrevistas de aconselhamento, informações sobre cursos e profissões, palestras de profissionais. Visitas ao local de trabalho, pesquisas e levantamento das oportu-

nidades de educação e trabalho, além de outras atividades.

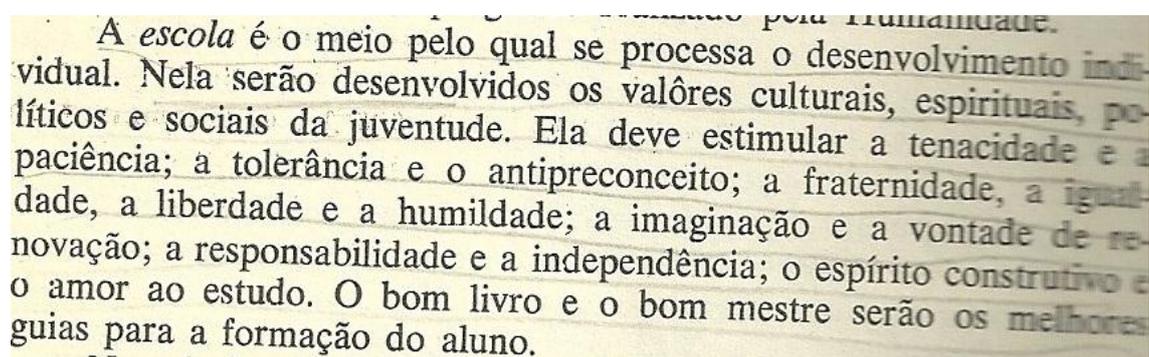
Para os alunos que tiverem maiores dificuldades, se faz necessário um plano que inclua aplicação de questionários e testes, seguido de entrevistas de aconselhamento.

Além disso, há oportunidades através do currículo que deve ser rico e diversificado, para que os jovens manifestem suas tendências e revelem suas aptidões. O ginásio único, pluricurricular, nos parece o mais capaz de trazer uma contribuição valiosa nesse sentido, pois com o enriquecimento e variabilidade do currículo poderá atender aos diferentes interesses e oferecer assistência para a manifestação dos alunos.

Muitos fatores interferem na escolha e, entre esses, analisaremos aqueles que pesam bastante na decisão e são mais freqüentemente citados nos questionários ou observados nos Serviços de Orientação.

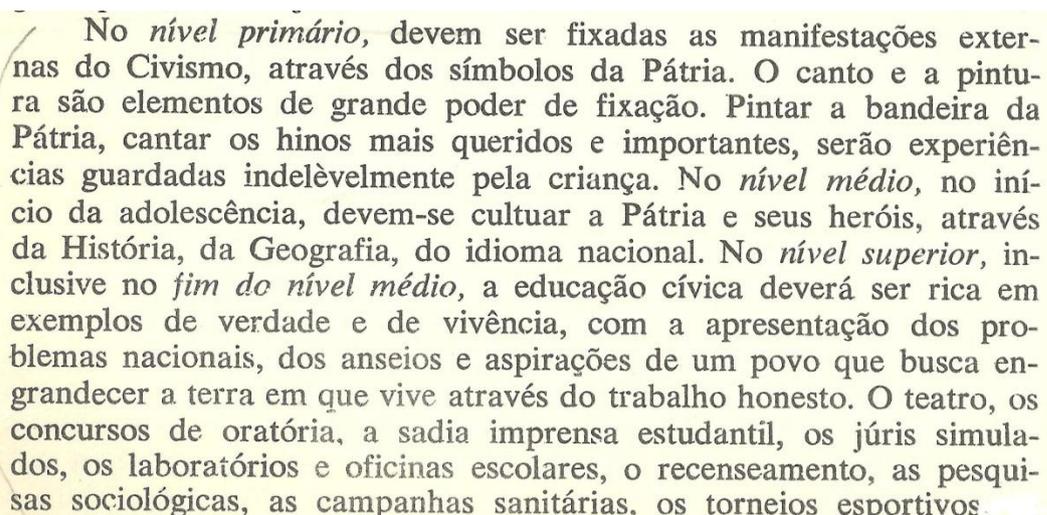


A escola é vista pelos militares como a formadora “maior” do indivíduo, segundo RAMOS & MICHALANY (1971) como vemos nos trechos extraídos. Na escola serão desenvolvidos os valores culturais, espirituais, políticos e sociais da juventude, além de hábitos de boas maneiras e de saúde. Ela deve estimular a responsabilidade, a vontade de servir a pátria, o amor aos estudos, a humildade, o respeito e a tolerância. “*O bom livro e o bom mestre serão os melhores guias para a formação dos alunos*” (RAMOS & MICHALANY.1971. p.64) .



A escola é o meio pelo qual se processa o desenvolvimento individual. Nela serão desenvolvidos os valores culturais, espirituais, políticos e sociais da juventude. Ela deve estimular a tenacidade e a paciência; a tolerância e o antipreconceito; a fraternidade, a igualdade, a liberdade e a humildade; a imaginação e a vontade de renovação; a responsabilidade e a independência; o espírito construtivo e o amor ao estudo. O bom livro e o bom mestre serão os melhores guias para a formação do aluno.

A escola deveria estimular as manifestações de civismo, através de cantos e símbolos da pátria. De acordo com o autor, o canto e a pintura são elementos de grandes poder de fixação.



No *nível primário*, devem ser fixadas as manifestações externas do Civismo, através dos símbolos da Pátria. O canto e a pintura são elementos de grande poder de fixação. Pintar a bandeira da Pátria, cantar os hinos mais queridos e importantes, serão experiências guardadas indelêvelmente pela criança. No *nível médio*, no início da adolescência, devem-se cultivar a Pátria e seus heróis, através da História, da Geografia, do idioma nacional. No *nível superior*, inclusive no *fim do nível médio*, a educação cívica deverá ser rica em exemplos de verdade e de vivência, com a apresentação dos problemas nacionais, dos anseios e aspirações de um povo que busca engrandecer a terra em que vive através do trabalho honesto. O teatro, os concursos de oratória, a sadia imprensa estudantil, os júris simulados, os laboratórios e oficinas escolares, o recenseamento, as pesquisas sociológicas, as campanhas sanitárias, os torneios esportivos

MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 p.142

Por fim, outra instituição que influencia diretamente na formação do Cidadão são as forças armadas, segundo MICHALANY & RAMOS (1971), é no seio das forças armadas que se desenvolve, o amor e a afeição pela pátria.

No seio das *Fôrças Armadas*, desenvolve-se ainda mais êsse sentimento natural, de amor e afeição, nutrido para com a terra que nos viu nascer. O amor à Pátria revela-se na devoção espontânea ao trabalho, visando o engrandecimento, o prestígio, a ordem, a prosperidade e a harmonia social da Nação. Na caserna são estimulados os valôres morais e sociais da Pátria, a disciplina e o sentimento do dever, a solidariedade e a cooperação, o respeito, a obediência, a dedicação à instrução, a camaradagem, a bravura, a coragem, o decôro, a abnegação, a iniciativa, a pontualidade, a moralidade, a fôrça de vontade, o amor à ordem, a honra e a presteza do cidadão.

Ciro de Moura, MICHALANY, Douglas. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 p.65

Quando analisamos estes manuais, fica clara a intenção em que os livros didáticos foram preparados: doutrinar os alunos valorizando neles um sentimento nacional mesmo que de forma forçada.

Durante o regime militar as exaltações aos símbolos nacionais aos heróis nacionais e ao amor à pátria foram muito difundidas e isto tudo fazia parte da estratégia dos governos em doutrinar os cidadãos.



MANDAMENTOS CÍVICOS

Os dez mandamentos que se seguem completam, em resumo harmonioso e patriótico, a *educação moral e cívica* do homem:

- 1.º — Honra a Deus amando a Pátria sôbre tôdas as coisas, por nô-la haver Ele dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna na terra.
- 2.º — Considera a Bandeira como imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com tôdas as fôrças do teu coração.
- 3.º — Honra a Pátria no passado, sôbre os túmulos dos heróis; glorifica-a no presente, com a virtude e dedicação que é a fôrça da Fé.
- 4.º — Instrui-te, para que possas andar por teus passos na vida, e transmite aos teus filhos a instrução, que é dote que se não gasta, direito que se não perde, liberdade que se não limita.
- 5.º — Pugna pelos direitos que te confere a Lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta resulta a Ordem, que é a fôrça suave que mantém os homens em harmonia.
- 6.º — Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar.
- 7.º — Previne-te na mocidade economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de iluminar à noite.
- 8.º — Acolhe o hóspede com agasalho, oferecendo-lhe a terra, a água e o fogo, sempre, porém, como senhor da casa: nem com arrogância que afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro.
- 9.º — Ouve os teus, que têm interêsse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos é porque não pode falar alto, e as palavras cochichadas nas trevas são sempre rebuços de idéias que se não ousam manifestar ao sol.
- 10.º — Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres por ti mesmo farás, que és terra e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.

Estes dez mandamentos encerram-se em dois: *Amar a Pátria sôbre tôdas as coisas e aos que conosco trabalham para engrandecê-la.*

(Coelho Neto)

Em todos os capítulos dos livros é fácil perceber quanto a EMC procurava interferir tanto no que diz respeito aos valores, quanto proporcionando a formação de comportamentos de forma padronizada, massificada.

Segundo Chartier (1994):

[...] os livros escolares produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ele menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1994 pag. 17)

Os livros de EMC traziam em suas páginas referências a religião. Para os militares, a moral de uma pessoa estava relacionada com as suas ações, portanto, era importante enfatizar a relação com Deus, porque havendo uma religião as pessoas estavam livres do mal.

Da mesma forma que o Estado tem direitos e deveres para com o cidadão e este tem para com o Estado, a pessoa humana tem deveres para com Deus; deveres se resumem na virtude de religião. Toda sociedade civil tem deveres para com Deus, dando-lhes cultos, públicos de adoração e gratidão; além disso é seu dever estimular e favorecer a criação, de sociedades religiosas, que visem difundir princípios de educação, moral, fraternidade, caridade submissão a Deus, que são fundamentos da religião. RAMOS & MICHALANY (1971. p.74).

No entanto, na estratégia dos militares, a religião seria importante para dar-lhes sustentação. Ter religião na visão dos militares evitaria o mal; o cidadão sabendo seus deveres e seguindo a Deus, as chances de manifestações contra o governo seria menor, pois se ter moral era seguir as regras, ter religião era estar nas normas, o contrário de tudo isso não levaria o cidadão ao caminho dito imoral:

De modo geral a definição de civismo estava relacionada com o homem em sua prática de cidadão brasileiro. O programa curricular elaborado pela CNMC apresentava a definição de civismo como sendo caráter, patriotismo e ação. Observou-se que o civismo deveria ser não somente a atuação consciente do cidadão para o bem comum, mas a atuação do bom cidadão. O civismo foi compreendido como uma virtude moral, e como a moral é religiosa grande parte dos livros apresentavam a dicotomia entre bem e mal. Os livros que se basearam diretamente no programa da CNMC expõem esta definição de civismo, (FILGUEIRAS,2006,p.5)

Por isso, incorporar conteúdos relacionados à moral nos livros didáticos foi uma das maneiras encontradas pelos militares em manter a ordem no país e assim se manterem no poder. Para eles, a moral de uma pessoa estava relacionada com as suas ações, portanto, era importante enfatizar a relação com Deus, porque se enquadrando numa religião evitava-se o mal. Saber quais eram seus deveres na sociedade, manter-se dentro de uma moralidade, evitava-se grandes questionamentos contra o governo e quem está no poder, ao usar deste meio o autores querem nos mostrar que a moral deve ser apenas para cumprir regras e não critica-las.

Importante salientar que EMC atuava, na cabeça das crianças, inculcando valores tais como: obediência; passividade; ordem; fé; “liberdade com responsabilidade” e patriotismo, como ser percebe:



MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971.

Estes valores de acordo com Rezende (2008) fazem considerar a disciplina como parte da estratégia psicossocial elaborada pelo governo militar, uma vez que atuava nas formas de pensamentos e nas subjetividades individuais com o objetivo

de interferir na dinâmica social. Desejava-se moldar comportamentos e convencer os alunos acerca das benesses do regime para que estes contribuíssem com a manutenção do regime. Outro ponto muito importante nos livros didáticos é o ideal de democracia criado pelo regime.

2.5 Democracia

Outra preocupação dos militares estava relacionada à democracia. Vejamos um trecho do livro Educação Moral e Cívica de 1971 de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos.



1

NOÇÃO DE DEMOCRACIA

A palavra *democracia* é originária do grego *demos* — povo + *kratos* — poder. Portanto, etimologicamente o termo designa um *governo do povo*.

O que caracteriza a democracia é o direito do povo de designar seus próprios governantes, e de controlar o modo pelo qual exercem o poder que lhes é delegado. Assim, numa definição mais completa, a *democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo*.

Qual é a essência da democracia? A Constituição do Brasil define o regime democrático como sendo baseado na pluralidade de *partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem* (art. 152, inciso I). Sua principal condição externa é a *liberdade ideológica* (ação pluripartidária), desde que comprometida com um tipo fixo de civilização, onde os direitos individuais são protegidos.

A democracia, socialmente falando, é o regime de *oportunidades para todos*, de igualdade no ponto de partida. O acesso ao poder e à propriedade fica aberto a quantos queiram e possam atingi-los. As diferenças deverão surgir mais tarde, com a vitória das *superioridades naturais*.

A grande característica do *ambiente democrático* é que a lei governa a sociedade. No regime do povo, existe preponderância da *norma jurídica*, cuja força provém da presunção de ser ela a expressão da *vontade geral*.

Todos são iguais perante a lei, dizem as Constituições liberais ou sócio-democráticas. Essa igualdade, que é a idéia fundamental e pedra angular da democracia, encontra-se no art. 153, § 1.º da Constituição Brasileira.

DEMOCRACIA E COMUNISMO

Se a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, o *comunismo* é um regime diametralmente oposto. Trata-se de uma doutrina sócio-político-econômica que estabelece o primado absoluto do social sobre o individual, e do econômico sobre o espiritual.

165

MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 p.165

O empenho que o regime militar tinha em instaurar um ideário de democracia perante o povo se justificava pela busca de reconhecimento. A afirmativa de que a ditadura tentava legitimar suas ações e medidas através da construção de um suposto ideário de democracia significa que se está empregando o sentido de legitimidade como a busca de reconhecimento, por parte da maioria dos segmentos sociais, em torno dos valores propalado como fundantes do regime militar, bem como a procura de adesão as suas pressuposições em torno da convivência social.

Segundo REZENDE (2001):

Durante a ditadura, um dos elementos centrais de sua busca pelo reconhecimento era o empenho em atestar, a partir dos valores sociais, principalmente que havia uma suposta identificação perfeita entre os militares e o povo. O seu pretense ideário de democracia situava-se constantemente diante do desafio de garantir para os diversos seguimentos sociais que sua realização era possível tendo em vista que aqueles primeiros tinham seus desejos, objetivos e interesses estritamente vinculados aos segundos.

Desmesuradamente os condutores da ditadura labutavam para mostrar que a sua noção de ordem social era produto dos anseios da maioria da população. Nestes termos, o regime insistia em que ele possuía todos elementos que permitiam a sua identificação como o povo. Ao pressupor que havia esta identificação, os militares circunscreviam a ação de todos à sua ação. Assim, tudo o que estava fora deste limite deveria ser decididamente repellido ou eliminado. (REZENDE, 2001,p.4)

Entretanto, podemos perceber que o livro didático de educação moral e cívica de Machanally e Moura Ramos (1971) trás, no capítulo analisado, clara ideia que o Brasil daquela época estava em um regime democrático, como podemos ver abaixo:

A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Tradicionalmente, o povo brasileiro é de índole democrática. Desde os primórdios de nossa independência política, sempre demonstramos nosso respeito aos direitos e garantias individuais. Todas as nossas Constituições mostraram seu caráter liberal e avesso aos regimes de opressão. Somente a Carta de 1937, imposta ao povo brasileiro em 10 de novembro daquele ano, por Getúlio Vargas, foi uma brusca interrupção na vida democrática da Nação. Mas esta jamais se conformou com a usurpação de suas liberdades democráticas e, em 1945, soube recuperá-las plenamente. Desde então, apesar de inúmeros governantes semear a corrupção e a demagogia, conseguiu a Democracia Brasileira sobreviver, encontrando-se presentemente em plena fase de recuperação moral.

X Todavia, a atual Democracia Brasileira é vigilante e rigorosa para aquêles que pretendem derrubar as instituições, em favor de doutrinas estrangeiras. E não poderia atuar de outra maneira, pois a presente conjuntura não admite vacilações. O comunismo, com seus tentáculos, tenta destruir nosso sistema de vida e a própria independência da Pátria. Para enfrentar essa ameaça, devemos ter em mente o seguinte: 1) Não superestimar as forças do comunismo, pois que ele não tem na realidade a penetração popular que muitos lhe atribuem; 2) Também não subestimar suas possibilidades, porque, embora os comunistas sejam uma minoria, essa minoria é suficientemente disciplinada, ativa, inescrupulosa quanto aos meios a que recorre, experiente e eficaz em táticas de conquista do poder. Tais características lhe conferem uma terrível força de penetração e destruição, tanto mais que, onde existem reacionários, pelegos e exploradores, a tarefa do comunismo é sumamente facilitada; porque êsses inimigos do povo são, na verdade, cúmplices e aliados clandestinos da subversão comunista.

↳ medo do comunismo

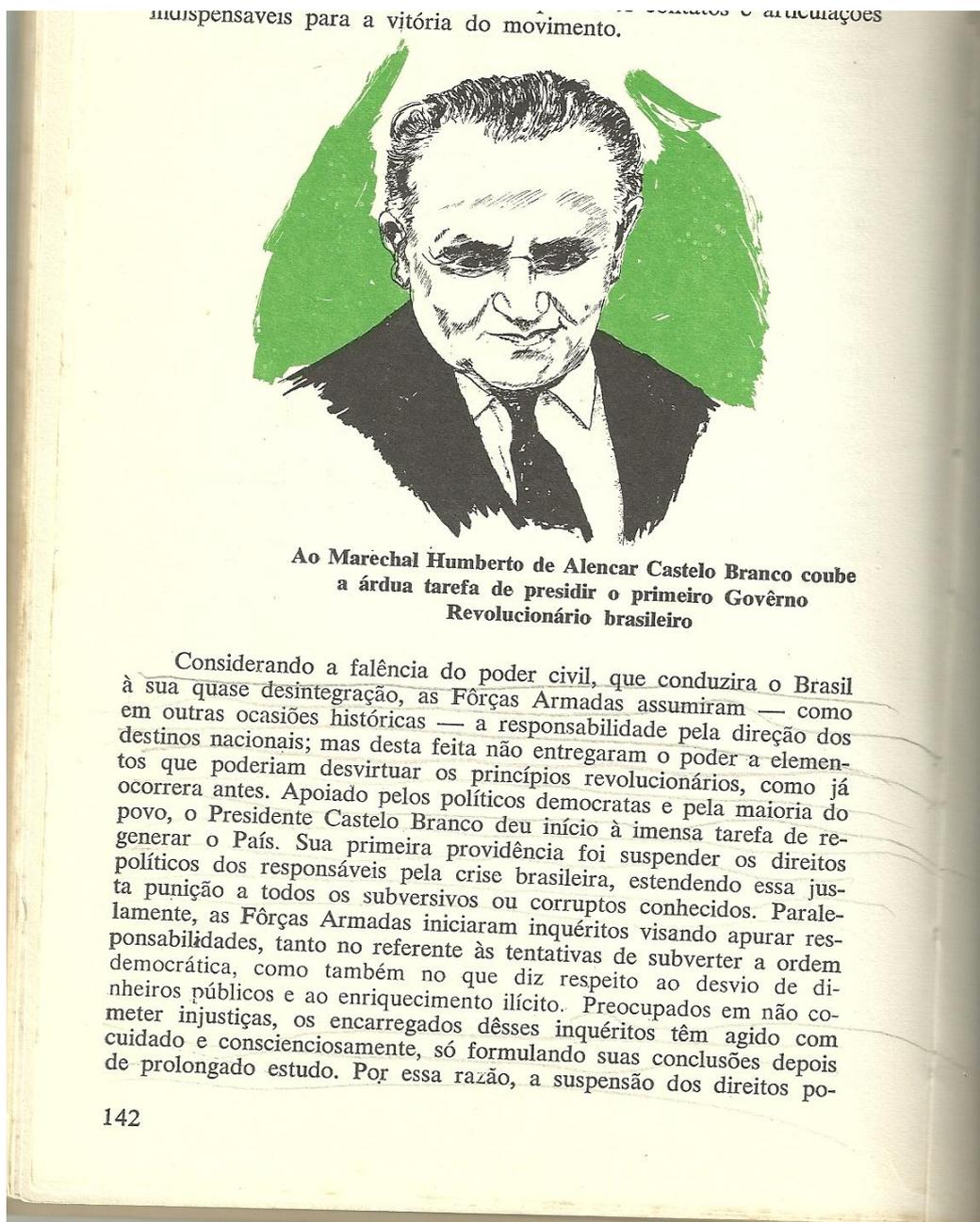
167

MICHALANY Douglas, MOURA Ciro de. Educação moral, cívica e política. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971 p.167

O livro explica o que é democracia, diz que ela está garantida na Constituição brasileira, mas ao mesmo tempo responsabiliza os comunistas pela falta de direitos do povo brasileiro:

O termo democracia designa um governo do povo. (...) A Constituição do Brasil define o regime democrático como sendo a baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (...) O comunismo, com seus tentáculos, tenta destruir nosso sistema de vida e a própria independência da Pátria. (...) Portanto, para conservá-la, e preciso corrigi-la. Essa correção se faz com visíveis vantagens sobre o regime comunista: pela justa aplicação das leis e pelo respeito à autoridade. Esta é a força maior da democracia, pois o seu fundamento continua sendo a moralidade geral (MACHANALY E MOURA RAMOS 1971,p. 166- 1667)

Contudo, a democracia defendida na Constituição Brasileira, que garantia os direitos fundamentais do homem, não estava sendo praticada de forma plena no governo militar, segundo o livro por causa da ameaça comunista de assumir a administração do país; os militares, ao assumirem o poder, estavam garantindo que o poder democrático permanecesse em nosso país, porém este regime democrático deveria passar por algumas correções a fim de evitar que o comunismo chegasse ao poder. Como podemos ver no trecho abaixo:



Fica claro que os autores do livro passavam a ideia que o país estava em uma democracia. Isto tudo fazia parte da estratégia do governo em tentar aproximar-se do povo e, para isto, os militares elegeram um inimigo em comum, o comunismo.

O grupo que conduziu a ditadura militar enfatizava que a “revolução” seria a favor da democracia, que o golpe em si já era democrático, ou seja, que respondia aos anseios de toda a população. Todas as ações eram colocadas como sendo a serviço do povo, tudo que o grupo dirigente realizava no interior da política, era, segundo eles, democrático. O uso do termo democracia era utilizado para justificar as medidas adotadas tanto na economia, na educação quanto na política e estava diretamente ligado à necessidade de legitimar o governo e suas ações. (REZENDE, 2008,p.5)

O comunismo é uma doutrina política e socioeconômica que pretende promover o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida, baseada na propriedade comum e no controle dos meios de produção e da propriedade em geral que se espalhou por parte do mundo a partir do século XIX e teve, no século XX, algumas experiências concretizadas (Revolução Russa, Cubana). Isso aterrorizava o regime militar, que não economizou ações autoritárias para inibi-lo:

Quase todos os assessores inclusive Goulart era, comunistas ou simpatizantes do comunismo, sendo portanto contrários às tradições cristas e democráticas do Brasil, pregavam a derrubada de nosso sistema político, pretendendo estabelecer em seu lugar uma *República Socialista*, ao estilo cubano de Fidel Castro [...] A agitação dirigida por Goulart e seus companheiros convulsionava o País impedindo o trabalho ordeiro e a recuperação nacional. (MICHALANY & RAMOS, 1971,p.140)

A justificativa para o próprio golpe militar acontecer é evitar que essas ideias se espalhassem pelo país. Ao longo da história os comunistas sempre foram vistos com maus olhos pela população, principalmente pela elite que detinha o poder. Eram vistos como revolucionários irresponsáveis, por isso os militares sempre usaram discursos depreciativos do comunismo numa tentativa de permanecer no poder, afirmando que com eles “esses baderneiros” jamais assumiram o controle político do país.

Para Machanally e Moura Ramos (1971):

Se a democracia é o govêrno do povo, pelo povo, o comunismo é um regime diametralmente opôs. Trata-se de uma doutrina sócio-política- econômica que estabelece o primado absoluto do social sôbre o individual, e do econômico sôbre o espiritual. [...] o comunismo pretende realizar, com um radicalismo absoluto, o ideal socialista. Seu modelo político é o de um Estado que, na realidade, é o órgão de poder de um partido único, o partido comunista. Êste domina, do vértice à base toda hierarquia política, administrativa, militar do país. Por outro lado, o comunismo, pretende a total *coletivização* da nação. Na prática, o comunismo serve de instrumento à ditadura de uma nova classe. [...] (MACHANALY E MOURA RAMOS, 1971 p. 166).

O uso do termo democracia era utilizado para justificar as medidas adotadas tanto na economia, na educação quanto na política e estava diretamente ligado à necessidade de legitimar o governo e suas ações. Com base nisto é que os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, também tornavam comum o uso do termo democracia, porém, eram transmitidos aos alunos conceitos que viessem a confirmar, imposta pelos condutores do regime militar, a ideia de que o povo viva em uma democracia.

Para Rezende (2001):

Tentava-se formar idéias favoráveis ao processo político em curso. Buscava-se convencer os estudantes de que os militares eram os únicos capazes de consolidar uma suposta forma de democracia, onde não havia espaço para contestação de qualquer natureza. Os conteúdos relacionados com as questões econômicas afirmavam que todos os brasileiros, das diversas regiões do país, participavam da construção do “Brasil grande potência” e também desfrutavam dos lucros do desenvolvimento econômico. (REZENDE, 2008, p.6)

Os conteúdos destes livros abarcam todos os aspectos possíveis da vida social em todos os capítulos os livros procuravam interferir tanto no que diz respeito aos valores, proporcionando a formação de comportamentos, quanto nas questões relacionadas à política e à economia.

Segundo Rezende (2008) ao analisar diversos materiais didáticos a autora percebe que em diversas obras inclusive as analisadas por nos, que para os autores das mesmas, o fato das eleições serem diretas ou indiretas, não é o que caracterizam uma democracia, para que um regime seja realmente democrático, é preciso que os mandatos eletivos, isto é, os exercícios dos cargos políticos sejam por tempo determinados, só nas ditaduras é que os chefes se perpetuam nos cargos

e nunca os cedem a outros, por isso os autores concluíam e vinculavam em suas obras que o Brasil era um país democrático, pois, de quatro em quatro anos, o povo escolhem os Deputados Federais e os Senadores e esses elegem o Presidente da República.

Mas, para Rezende (2008), tudo isto fazia parte da estratégia dos militares em manter no poder:

Os livros didáticos de EMC como parte da estratégia psicossocial vigente durante a ditadura militar pretendiam, de fato, fazer acreditar que, naquele momento, o Brasil realmente era um país democrático. Os conteúdos dos livros didáticos eram utilizados como um mecanismo para convencer a população de que não se vivia em tempos de ditadura. Mas a realidade política durante a ditadura militar é reveladora de que o período era marcado por medidas antidemocráticas, pois, mesmo que durante todo o período de 1964 a 1984, tenham se alternado no poder quatro presidentes, o que mudava era apenas a pessoa, ou seja, a figura do presidente. Uma vez que todos eram militares e do mesmo partido político, os interesses, objetivos e valores permaneciam os mesmos. (REZENDE, 2008 p. 5)

Nesse sentido, percebemos como o livro e as aulas de EMC foram de fundamental importância para a estrutura do regime com a veiculação destas ideias para os jovens, já que essas acreditavam no que era ligado. Apesar disso, é bom ressaltar que, durante o período da ditadura, tivemos diversos manifestos contra o regime, e que nosso objetivo aqui não é mostrar os movimentos contrários ao regime, o que pretendemos neste trabalho foi mostrar como o livro e a disciplina de Educação Moral e Cívica teve papel fundamental no “educar civicamente” o povo, dar a eles um padrão de acordo com os ideários do regime militar, fazendo crer que viviam em uma “democracia”.

Considerações finais

Nosso objetivo nesta monografia foi mostrar como o Estado Militar apropriou-se da educação, em especial com a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, ao analisarmos os referidos manuais foi possível compreender os usos deste material no sistema escolar proposto.

O investimento nos livros didáticos foi fundamental para que o Estado Militar tentasse legitimar seu poder perante a sociedade, mas acreditar que os livros de Educação Moral e Cívica atingiram por completo sua intencionalidade de moldar o comportamento e convencer a população acerca das benesses do regime militar seria uma proposta muito reducionista, temos que levar em conta que tanto professores como alunos, têm uma interpretação diferente ao ler o livro didático.

Como vimos para Chartier (1994), a leitura é “rebelde e vadia”; os diversos leitores se apropriam das formas mais variadas do que o autor quis dizer, no entanto pensar que tudo que está no livro será aceito ou compreendido pelos alunos é cair no erro, por este motivo que utilizamos o termo “tentativa de legitimar o poder”. O livro didático é um objetivo multifacetado, com diversos fatores que os influenciam; os autores, editores, leitores, e, sobretudo, professores e alunos, o livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem.

É evidente que ao ser levada a condição de disciplina curricular, a Educação Moral e Cívica foi utilizada como um modo de legitimar as ações do governo ditatorial, como percebemos em nossas leituras muitos professores foram limitados em exercer suas profissões, as ciências humanas foram monitoradas com o intuito de não vincularem nada que pudessem levar ao povo grandes mobilizações contrária ao regime.

O regime militar tentou por diversos meios legitimar seu poder perante o povo: o investimento em propaganda nos meios de comunicação pro regime, filmes, músicas e principalmente do aparelho educacional visou em especial implantar no imaginário dos alunos que o Brasil passava naquele momento sob um regime democrático, isto tudo como já vimos foi uma das estratégias para legitimar seu poder perante o povo. Toda essa estrutura em busca de legitimar o poder teve grande eficiência perante a população, embora muitos não as aceitaram.

O que mais chamou a atenção neste trabalho foi a preocupação do regime em formar o “bom cidadão” como vimos o bom cidadão era aquele trabalhador, obediente as leis, preservando a ordem, a moral e os bons costumes sem questionar o que estava sendo proposto pelo regime, o que nos diferencia de ser cidadão hoje é participar ativamente das escolhas de nossos representantes, no poder legislativo e executivo, temos a liberdade de questionar a situação que estamos, a política, entre outros assuntos, as liberdades de expressão e de escolhas aparecem hoje como elementos fundamentais de um bom cidadão. Devemos ser sujeitos críticos que não aceitam passivamente tudo que nos é imposto, este sim é o verdadeiro papel da escola, contudo é evidente que muitos sujeitos tentaram questionar, por em dúvida a legitimidade do poder militar, porém muitos foram silenciados pelo regime. Não tivemos a intenção neste trabalho mostrar as vozes de resistência ao regime, o que pretendemos desde o início foi mostrar como o Estado Militar tentou legitimar suas ações através dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica.

Referências:

Bibliografia:

BITTENCURT, Circe(org). *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: **O Saber na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): História**. Brasília: Mec. SEF, 1998.

CERRI, Luis Fernando (Org). **O ensino de história e a ditadura militar**. 2ºed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. In: **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CHOPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 564-565

CIAMPI, Helenice e CABRINI, Conceição. **Ensino de história: histórias e vivências**. In: CERRI, Luiz Fernando. (org). **O Ensino de História e a Ditadura Militar**. 2ª ed. Aos Quatro Ventos, 2007.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e a educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1994. p.p 141- 163.

NADAL, Beatriz. G. . **A escola e sua função social: uma compreensão à luz do projeto de modernidade**. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2008, Itajaí. VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPEDSUL, 2008.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade**. 1964-1984. Londrina: UEL, 2001. p.p .2- 15.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004

Fontes:

PONTES, Ciro. **Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica**. 1º vol.: educação objetivo da moral. São Paulo: Formar, 1969.

RAMOS, Ciro de Moura, MICHALANY, Douglas. **Educação moral, cívica e política**. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971.

Web grafia

ALMEIDA, DJAIR LÁZARO. **Educação Moral e cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos**. 2009. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR. São Carlos. Disponível em: http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2009-11-09T181751Z-2604/Publico/2398.pdf. Acessado em 10/11/2011.

FIGUEIRAS, Juliana Mirando. **O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: A construção de uma disciplina**. Artigo disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>. Acessado em 12/10/2011.

GERMANO, José Wellington. **O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. Artigo disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 13/09/2012.

PAULINO, Ana Flavia & PERREIRA, Wander. **A Educação no Estado Militar (1964-1985)**. Artigo disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf. Acessado em: 15/10/2011.

PRIORI, Ângelo. **A doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira**. Revista Espaço Acadêmico. nº 2035 – abr. 2004. In: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm>. Acessado em 11/10/2011.

MARCELINO, Mariana Ambrosio. **A Ditadura Militar: e os livros didáticos de História**. 2009. Monografia. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma. Disponível em: www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003D/00003D43.pdf. Acessado em: 12/10/2011

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 05/08/2012.

NUNES, Nataly & REZENDE, Maria José. **O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar**. Artigo disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf. Acessado em 14/10/2011.

URBAN, Ana, Claudia. **Manuais de didática de estudos sociais como fonte para o código disciplinar da didática da história.** In: Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História. Disponível em: <http://abeh.org/trabalhos/GT07/tcompletoana.pdf>. Acessado em: 04/09/2012.

Leis

BRASIL. Decreto- lei nº 869, de 12 setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=178916>. Acessado em 25/10/2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 06/09/2012.